



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

HÉLIO DE JESUS SOUSA JÚNIOR

**O ESPORTE COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
INCLUSIVA:** algumas reflexões sobre aspectos teóricos e prática
pedagógica

SÃO LUÍS-MA
2020

HÉLIO DE JESUS SOUSA JÚNIOR

**O ESPORTE COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
INCLUSIVA:** algumas reflexões sobre aspectos teóricos e prática
pedagógica

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Educação Física da
Universidade Federal do Maranhão-cidade
universitária Dom Delgado, como requisito
para conclusão de curso.

Orientadora: Profa. Dra. Lívia da Conceição
Costa Zaquero

SÃO LUÍS-MA
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sousa Júnior, Hélio de Jesus.

O ESPORTE COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA :
algumas reflexões sobre aspectos teóricos e prática
pedagógica / Hélio de Jesus Sousa Júnior. - 2020.

81 p.

Orientador(a): Livia da Conceição Costa Zaquero.
Monografia (Graduação) - Curso de Educação Física,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2020.

1. Educação Física Inclusiva. 2. Esporte e
Deficiência. 3. Esporte-Educação. I. Zaquero, Livia da
Conceição Costa. II. Título.

HÉLIO DE JESUS SOUSA JÚNIOR

**O ESPORTE COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
INCLUSIVA: algumas reflexões sobre aspectos teóricos e prática
pedagógica**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Educação Física da
Universidade Federal do Maranhão-cidade
universitária Dom Delgado, como requisito
para conclusão de curso.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Lívia da Conceição Costa Zaquie
Universidade Federal do Maranhão(UFMA)
(Orientadora)

Prof. Alex Fabiano Santos Bezerra
Universidade Federal do Maranhão(UFMA)
(1º Avaliador)

Prof. Elizabeth Santana Alves de Albuquerque
Universidade Federal do Maranhão(UFMA)
(2ª Avaliadora)

SÃO LUÍS-MA
2020

Aos meus pais por tudo o que tem feito por mim todos estes anos, sem o apoio deles nada disto seria possível.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, em segundo a minha família por todo o apoio que me foi dado durante esta jornada. Obrigado em especial a professora Lívia da Conceição Costa Zaqueu por todo o suporte na construção deste trabalho, aos professores do curso de Licenciatura em Educação Física da UFMA, e a todos que de alguma forma participaram e contribuíram para o meu êxito

RESUMO

O objetivo principal deste estudo foi investigar aspectos teóricos e práticos que fundamentam a inserção do esporte nas aulas de Educação Física Inclusiva. A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica integrativa, que foi desenvolvida metodologicamente a partir de uma metodologia de natureza qualitativa, quanto aos objetivos é exploratória, quanto aos procedimentos técnicos é uma revisão bibliográfica integrativa, documental e estudo de caso, a partir da análise de Livros e buscas de Artigos nas bases Scielo e Google Acadêmico, no intervalo de tempo de 2009 a 2019. Foram encontrados 100 artigos e uma dissertação inicialmente, utilizando os seguintes descritores: Educação Física Inclusiva, Esporte e Deficiência, Esporte-Educação. Após uma análise do conteúdo foram selecionados 8 artigos e uma dissertação que se enquadravam à temática proposta no estudo. Além disso, foram utilizadas obras dos seguintes autores: Darido; Tubino; Soler; Brotto. Os resultados identificaram que o Esporte desde a publicação da Carta Internacional de Educação Física e Esporte é entendido como um direito de todos, na escola ele poderá ser desenvolvido por meio do Esporte Educacional, que entre outros princípios está baseado na inclusão, objetivando a formação integral e cidadania dos alunos. Para tanto o foco principal passa a ser a cooperação e participação de todos nas atividades esportivas, em detrimento da competição exacerbada e da busca da vitória como principal objetivo. Com essa pesquisa, foi possível concluir que o esporte como um direito de todos, estruturado com características educacionais, baseado em práticas adaptadas quando necessário, atividades cooperativas que propiciam a inclusão, com benefícios físicos e motores, sociais e psicológicos, se torna um conteúdo apropriado à educação física inclusiva na escola.

Palavras-chave: Educação Física Inclusiva. Esporte e Deficiência. Esporte-Educação.

ABSTRACT

The main objective of this study was to investigate the theoretical and practical aspects that underlie the insertion of sport in Inclusive Physical Education classes. The present research is an integrative bibliographic review research, which was methodologically developed from a qualitative methodology, as for the objectives it is exploratory, as for the technical procedures is an integrative, documentary and case study bibliographic review, a from the analysis of Books and Searches for Articles in the Scielo and Google Scholar databases, in the time period from 2009 to 2019. 100 articles and a bulletin dissertation were found, using the following descriptors: Inclusive Physical Education, Sport And Disability, Sports-Education. After a content analysis, 8 articles and a dissertation were selected that fit the theme proposed in the study. In addition, the works of the following authors were used: Darido; Tubino; Soler; Brotto. The results identified that Sport since the publication of the International Charter of Physical Education and Sport is understood as a right of all, at school it can be developed through Educational Sport, which among other principles is based on inclusion, aiming at integral training and student citizenship. For that, the main focus becomes the participation and participation of everyone in sports activities, to the detriment of the exacerbated competition and the search for victory as the main objective. With this research, it was possible to fulfill that sport as a right of all, structured with educational characteristics, based on practices adapted when necessary, cooperative activities that provide inclusion, with physical and motor, social and psychological benefits, becomes an appropriate content to inclusive physical education at school.

Keywords: Inclusive Physical Education. Sport And Disability. Sport-Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
3 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O ESPORTE.....	23
4 O ESPORTE : breves considerações.	36
2.1 Significados.	36
2.2 Origens.	38
2.3 Histórico.	40
5 ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA.....	51
6 METODOLOGIA.....	61
6.1. Tipo de estudo	61
6.2 Procedimentos de Coleta de dados	61
6.3 Critérios de Inclusão e Exclusão	61
6.4 Análise de dados	62
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
8 COSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pressupõe que todos os alunos com ou sem deficiência têm o direito de conviver, aprender e se desenvolver no mesmo ambiente de ensino na escola regular (BRASIL, 2008). A constituição Federal de 1988 traz como um de seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208) (BRASIL, 1988).

A política educacional no século XXI vem avançando em direção a pôr em prática a educação inclusiva. Em 2003 o Ministério da Educação criou o Programa ‘Educação inclusiva: direito a diversidade’ visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos e estes, por sua vez, teriam o objetivo de promover um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros a fim de garantir o direito de acesso de todos à escolarização; garantir a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade. Dando continuidade às políticas de educação inclusiva, no ano de 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento ‘O acesso de estudantes com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular’, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Em 2008 é apresentado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que têm por objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os

sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

O avanço nas políticas educacionais inclusivas é uma realidade. Em 6 de julho de 2015 é instituída a lei N° 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A referida Lei destaca no seu Art. 1° que está destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. Destaca no Art. 27°, que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar (Art. 28 inciso XV) (BRASIL, 2015).

Neste contexto a referida Lei destaca que as atividades esportivas devem ser ensinadas em igualdade de condições no sistema escolar de ensino, algo importante já que este conteúdo é hegemônico nas aulas de educação física nas escolas brasileiras (KUNZ, 1994). Tendo como base esta afirmação, fica evidente a importância do esporte na nossa sociedade. Mas qual o significado da palavra esporte e quais os conceitos que definem a natureza do esporte?

Tubino (1999) define que o esporte é um dos mais importantes fenômenos socioculturais do final século XX, assumindo grande e importante espaço na sociedade contemporânea, com crescente número de praticantes, reuni milhões de adeptos no mundo inteiro, fato que é destacado por Bracht (2005) quando aponta que, o esporte faz parte hoje, da vida da maioria das pessoas em todo o mundo.

O esporte pode ser representado com diferentes características, tais como: de performance, alto rendimento, em uma luta de boxe entre atletas profissionais, mas o

esporte compreende muitas outras modalidades, e diferentes manifestações, assumindo sentidos e significados distintos de acordo com a época em que surgiu, e das características da sociedade em que se desenvolveu.

No início do século XX a educação física se tornou obrigatória em todos os níveis de ensino, mas em muitos momentos na história, abriram-se exceções, que excluíram alguns estudantes de suas práticas, entre eles, os com deficiência (DARIDO, 2007). A história da educação física é marcada por propiciar ambientes de exclusão em relação aos menos hábeis (SOLER, 2009). Neste contexto escolar, a manifestação do esporte, mais utilizada e difundida e que também propicia este ambiente de exclusão, é o esporte-performance, já que tem como principais características a competição e o alto rendimento, este modelo foi difundido por razões políticas e ideológicas na década de 70 durante a ditadura militar, modelo de esporte que ainda influencia muitos professores em suas práticas nas aulas de educação física (DARIDO, 2007).

Contrapondo-se a este ambiente de exclusão, Soler (2009) destaca que a proposta de uma educação física inclusiva, deve superar esse histórico negativo de exclusão dos menos hábeis e dos estudantes com deficiência, todos os alunos, independentemente de suas diferenças, deverão participar das aulas de educação física. Este ambiente de exclusão se caracteriza como uma mácula histórica não somente da educação física escolar, mais também de todo o sistema educacional de ensino.

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar (BRASIL, 2008).

Com base na legislação, como as recentes Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a educação inclusiva se caracteriza como um direito dos estudantes com deficiência, de frequentar a escola regular e receber o atendimento educacional necessário para seu desenvolvimento estudantil assim como os estudantes sem deficiência. No contexto da educação física escolar Soler (2009) destaca que os professores estão sendo chamados a enfrentar o desafio de incluir todos os estudantes, respeitando suas diferenças, para isso, entre outros pontos, se faz necessária uma adequação dos componentes pedagógicos, como os conteúdos, com destaque neste

estudo ao esporte, para que a realidade da exclusão nas aulas de educação física na escola possa começar a ser mudada, a inclusão é uma demanda não só da educação, como também de toda a sociedade. Frente aos pontos abordados acima, surge o seguinte questionamento: Quais aspectos teóricos e práticos fundamentam a inserção do esporte nas aulas de educação física inclusiva?

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva surge a partir do desenvolvimento histórico da educação especial, que inicialmente é implantada na Europa, chegando depois as Américas do Norte e do Sul, objetivando o atendimento e acolhimento das pessoas com deficiência (SOUSA, 2019).

De acordo com Glat (2007) a educação na perspectiva da inclusão corresponde a uma nova configuração de escola, uma instituição que em seu espaço pode e deve acolher a todos os alunos e criar condições para que estes permaneçam na mesma. Esta nova escola não permitirá processos discriminatórios de qualquer natureza, diferente do que se caracterizaram os sistemas de ensino historicamente, nesta nova perspectiva, a escola tem como objetivo acabar com os obstáculos e facilitar o processo para aprendizagem, deverá se adequar as necessidades dos alunos, não o contrário. Para que esta proposta inclusiva seja colocada em prática, a escola deverá se reestruturar para melhor atender os alunos, melhorar sua estrutura física, capacitar gestores e professores, se reorganizar como um todo para realmente se tornar inclusiva.

Mas para uma melhor compreensão deste conceito, é importante que ampliemos a visão sobre este tema, assim se faz necessário abordar as diferentes concepções e posturas das sociedades em relação às pessoas com deficiência ao longo da História, até chegarmos nesta perspectiva de educação inclusiva.

No mundo dos homens primitivos de acordo com Barreto e Barreto (2014), a realidade dos primeiros grupamentos humanos se caracterizava na luta pela sobrevivência, estes eram nômades, deste modo às pessoas daquela época percorriam grandes distancias a procura de alimentos e abrigos seguros, conseqüentemente enfrentavam muitos perigos, precisando atacar e defender-se em meio à natureza selvagem, a sua condição física era essencial para sua sobrevivência, neste contexto era comum deixar para trás as pessoas que eventualmente apresentassem algum tipo de deficiência que colocassem em risco a vida dos outros integrantes do grupo.

Na antiguidade a realidade das crianças com deficiência dependia muito das características das sociedades em que estavam inseridas, na Grécia Antiga, estas eram eliminadas em Esparta, já que sua condição física não se enquadrava no perfil corporal proposto para aquele povo, que tinha como sua principal característica a militarização dos cidadãos, características opostas as de Atenas, que valoriza a arte, a filosofia, o que fazia com que se caracterizasse como uma sociedade mais humanista, assim as crianças

que nasciam em Antenas e apresentavam algum tipo de deficiência eram tratadas de maneira diferente de Esparta, suas vidas eram poupadas, mas estas eram segregadas, amparadas fora do convívio social. Diferente deste tratamento mais humanista, os Romanos se aproveitavam das pessoas com deficiência, com objetivos comerciais, para a diversão das elites, usando-os em espetáculos e prostituição (BARRETO e BARRETO, 2014).

Na Idade Média de acordo com Stobaus e Mosqueira (2004), a influência religiosa na sociedade daquela época moldava o pensamento e a forma como os deficientes eram tratados, sua imagem e condição eram atreladas ao diabo e a feitiçarias, o que fazia com que fossem perseguidos e eliminados, a sociedade os excluía por entender que representavam o mal, mas existiam visões diferentes acerca das pessoas com deficiência, pautadas na perspectiva religiosa, a primeira explicava esta condição como um castigo divino por causa dos pecados, à outra era que essas pessoas com deficiência eram elevadas a uma representação do sobrenatural, condição a qual as outras pessoas não alcançariam, o que de certo modo as protegiam de visões e posturas agressivas no meio social.

A partir do século XV a concepção da sociedade que até então era centrada na Religião, muda, as pessoas passam a pensar além dos limites das crenças religiosas, o ser humano passa a ser mais valorizado e mudanças socioculturais aconteceram em relação à idade média. No século XVI uma visão mais organicista surge em relação à deficiência, as pessoas passaram a ser atendidas em locais específicos, diferentes de outras épocas em que eram atendidos em abrigos pra pobres e velhos, mas a visão de que nada poderia ser feito por estas pessoas continuava, em que a segregação era a melhor alternativa pra preservar elas mesmas e a própria sociedade. A deficiência passa a ser pautada pela medicina entre os séculos XVIII e XIX, isto ocorreu a partir do fortalecimento da visão organicista, neste novo contexto, a deficiência passa a ser atrelada a doença e consequentemente podendo ser tratada, e os deficientes passam a ser atendidos em instituições objetivando sua educação. Neste momento a cultura da segregação é substituída pela institucionalização, surgindo assim à educação especial no final do século XIX (BARRETO e BARRETO, 2014).

Os estudos de Mazzota (1986) apud Silva et al. (2019, p.24) definem que a história da educação especial apresenta três atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência, a marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação.

A falta de fé na possibilidade de superação das pessoas com deficiência define a atitude da marginalização, onde a sociedade não acreditando na capacidade destas pessoas se omitia na ação de subsidiar e organizar atendimento as mesmas. O assistencialismo era pautado também na falta de fé de que essas pessoas eram capazes de se superar, mas demonstrando uma atitude solidária, humanitária, filantrópica com objetivos de proteger os deficientes. Já a educação ou reabilitação, apresentavam um conceito diferente das outras atitudes sociais, nestas perspectivas a sociedade acreditava na capacidade de superação das pessoas com deficiência, desta maneira ações e organizações de serviços educacionais são postos em prática para o atendimento destas pessoas, as duas atitudes em determinado momento podem predominar uma mais do que a outra, mas sem significar que ambas não possam conviver no mesmo contexto.

A educação especial surge no final do século XIX, as pessoas com deficiência passaram a ser atendidas em instituições, objetivando a sua educação, mas como define Silva et al.(2019) as posturas e concepções das sociedades em relação às pessoas com deficiência só começam a mudar no século XX, até então estas pessoas não tinham direito a educação escolar, e eram tratadas de maneira excludente pelas sociedades, em alguns lugares demonizando e eliminando-as, em outros menos radicais, segregando-as. O que é perceptível é que estas recebiam tratamentos de acordo com as características das sociedades em que estavam inseridas, variando da exclusão total, segregação a institucionalização.

As primeiras instituições a realizar atendimento e iniciar a educação especial destas pessoas no Brasil, foram fundadas no final do século XIX. No Rio de Janeiro, em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto Nacional de Educação Para Surdos (Ines), em 1857. Na Bahia em 1874, é criado o Hospital Juliano Moreira, que iniciou o atendimento as pessoas com deficiência Intelectual, no Rio de Janeiro em 1887 é fundada a “Escola México”, que objetivava o atendimento de pessoas com deficiências físicas e intelectuais. No início do século XX a visão Organicista sobre a deficiência continuou influenciando abordagens em relação aos deficientes, médicos criaram instituições para atender crianças com deficiência em sanatórios psiquiátricos, à educação especial passou a ser pautada também a partir da influência de movimentos internacionais como a Escola-novista da

Europa, objetivando a reforma dos sistemas educacionais, buscando superar um modelo tradicional e rígido de educação que já não compactuava com as mudanças sociais, com isso foi introduzida na educação Brasileira a Psicologia se utilizando de testes de inteligência para a identificação dos deficientes intelectuais. É criada em 1932 por Helena Antipoff a Sociedade Pestalozzi em Minas Gerais, em 1945 é disponibilizado o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação, a escola especial da Associação de Pais e Amigos (Apae) é criada no Rio de Janeiro em 1954 com forte influência da psicóloga russa Helena Antipoff, a mesma participou da formação de profissionais que vieram a influenciar e trabalhar na educação especial nos anos seguintes (BARRETO e BARRETO, 2014).

No final do século XIX, e início do século XX, a educação especial começou a ganhar corpo no Brasil, primeiro influenciado por uma visão organicista, que a partir de diagnósticos clínicos se determinava as práticas escolares dos alunos com deficiência, nesta perspectiva a educação especial foi organizada no atendimento educacional especializado com a criação de instituições específicas para este fim, escolas especiais, e classes especiais funcionando em escolas regulares. Outra grande influência foi da Escola-novista europeia, a educação especial foi além, apresentando uma visão psicológica e psicopedagógica da educação das crianças com deficiência, mas esta influência da Escola-novista não evitou que o caráter de institucionalização da educação especial, objetivando o ensino especializado, contribuísse com a exclusão destas crianças do ensino regular, afastando-as do convívio das salas de aula com as crianças que não tinham deficiência (BARRETO e BARRETO, 2014).

Esta realidade começou a ganhar incentivos na direção da mudança a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961, Lei nº 4.024/61, a referida Lei fundamenta o direito a educação dos “excepcionais”, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (BRASIL, 1961). Mas a Lei nº 5.692/71 altera a LDBEN de 1961, define que alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontravam em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, deveriam ter “tratamento especial” (BRASIL, 1971). Esta Lei acaba por não organizar um sistema de ensino capaz de atender as crianças com necessidades educacionais especiais e acaba reforçando a segregação social destes alunos, já que indica que os alunos deficientes sejam atendidos em escolas especiais (BRASIL, 2008).

Na década de 70 encontram-se ações que tem como objetivo o direito dos alunos com deficiência e superdotação à educação na escola regular de ensino, como a criação

em 1973 pelo MEC, do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que era responsável pela gerência da educação especial no Brasil, porém estas ações eram desenvolvidas ainda sobre a perspectiva da integração, sem que se preocupasse com as especificidades das condições em que se encontravam os alunos com deficiências e que a escola se adaptasse a estes, negligenciando também o atendimento especializado em relação aos alunos com superdotação, as ações neste período se baseavam em políticas especiais e ações isoladas do estado, sem que houvesse políticas públicas de acesso universal a educação (BRASIL, 2008).

Na década de 80 do século passado importantes ações são desenvolvidas em relação a promover os direitos das pessoas com deficiência. Desta maneira 1981 é considerado o “ano internacional das pessoas com deficiências” (SILVA et al., 2019). Na legislação acerca do tema, importantes avanços são dados, a constituição Federal de 1988 traz no seu art.3º, inciso IV, como um desses objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No seu artigo 205, define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino, garante como dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino (art. 208) (BRASIL, 1988). Ainda em relação a estas ações que objetivavam a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, a Lei 7.853/89, entre outras atribuições, criminaliza a conduta de discriminar as pessoas com deficiência, e regulamenta questões acerca da acessibilidade nas edificações de acesso público (BRASIL, 1989).

Na década de 90 ações são desenvolvidas e nortearam os caminhos da educação especial no Brasil, em 1990 é sancionada a Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL,1990). Documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO,1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) vão influenciar na formulação de políticas públicas educacionais inclusivas. Em 1994 é publicada a Política Educacional de Educação especial, que define que às classes comuns devem ser encaminhados os alunos que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas no ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos

ditos normais (BRASIL, 1994). Desta maneira esta publicação reafirma a característica de integração da educação especial, além do que, a partir de uma visão homogênea de participação e aprendizagem não reformula práticas educacionais que valorizem os diferentes potenciais do ensino comum, mantem a responsabilidade da educação dos alunos com deficiência exclusivamente no âmbito da educação especial, nesta perspectiva a política não garantiu grandes mudanças em direção à educação inclusiva. Em 1996 é sancionada a lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 59, é destaque que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades ou superdotação: currículo, método, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades; assegura terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude das suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados. Define também as normas para a organização da educação básica, e a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). (BRASIL, 1996).

Seguindo nestas perspectivas de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, destaca em seu artigo 2º, que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Por mais que as Diretrizes acenem com a ampliação da educação especial no atendimento educacional especializado de maneira complementar ou suplementar a escolarização, a mesma admite a possibilidade de substituir o ensino regular, o que não potencializa a adoção de uma política de educação inclusiva no sistema de ensino público. Em 9 de janeiro de 2001 é sancionada a Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), este destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001). Para isto estabelecem objetivos e

metas para que os sistemas de ensino se adequem ao atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado. Estas importantes ações no campo educacional a partir dos anos 90, como destaca Silva et al. (2019), introduziram a política educacional inclusiva nas políticas públicas do sistema educacional brasileiro.

Muitas destas Leis, documentos e movimentos que impulsionaram as políticas educacionais inclusivas, talvez pudessem programar ações mais agudas e concretas para o desenvolvimento de um sistema de ensino inclusivo, já que alguns destes apresentam lacunas na obtenção de contribuir de maneira mais efetiva nesta proposta, mas sem dúvida estes foram e são importantes na construção de um caminho que objetiva uma educação inclusiva, em que todos os alunos têm direito à educação de qualidade em uma escola que se adapte às suas especificidades e realidades, que valorize as diferenças, algo que apesar da legislação vigente que garante esse direito, ainda não se tornou realidade concreta para muitos estudantes pelo Brasil afora (SILVA et al., 2019).

A política educacional no decorrer deste século XXI continuou sendo desenvolvida e implementada com ações pra pôr em prática a educação inclusiva. Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação inclusiva: direito a diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade. Dando continuidade às políticas de educação inclusiva, no ano de 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento “o acesso de estudantes com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Nesta perspectiva de construção de um sistema educacional inclusivo, em 2008 é apresentado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação especial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que

acompanha as lutas sociais e avanços do conhecimento na sociedade, objetivando contribuir através das políticas públicas com educação de qualidade para todos os alunos. Assim:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

Desde o início da educação especial no Brasil, esta funcionou de maneira paralela à educação comum, imperando a institucionalização e segregação dos alunos com deficiência em relação ao ensino regular e às crianças “normais”, a deficiência era o foco, com isso se valorizou mais as abordagens médicas em oposição às pedagógicas. Mas estas abordagens também podem ser entendidas na perspectiva histórica social, ou seja, a realidade da educação especial acontece dentro de um contexto social amplo e complexo, com o decorrer dos anos a sociedade foi mudando, e conseqüentemente as visões a cerca da estrutura de funcionamento da educação especial também mudou. Vários movimentos nacionais e internacionais levaram a uma valorização do ser humano, direito a saúde, a educação, legislação que deu suporte para uma quebra de paradigma na educação especial, com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), se definiu como princípio que as escolas de ensino regular devem educar todos os alunos, e enfrentar a realidade da exclusão escolar das crianças com deficiência, das que estão nas ruas ou trabalham, das superdotadas, as que estão em desvantagem social, das que apresentam diferenças linguísticas, éticas e culturais. A partir da Declaração as escolas de ensino regular tem o desafio de saber lidar e valorizar as diferenças, entretanto, mesmo com um novo conceito de educação, as políticas educacionais desenvolvidas e implementadas não são suficientes para suprir as necessidades educacionais de todos os alunos, demonstrando que este é um processo contínuo de lutas na busca por uma sociedade mais igualitária (BRASIL, 2008).

Continuando neste processo de mudanças sociais e garantia de direitos fundamentais às pessoas com deficiência. Em 6 de julho de 2015 foi sancionada a Lei nº 13.146 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A referida Lei destaca no seu Art. 1º, que está destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. No Art. 27, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar (Art. 28 inciso XV) (BRASIL, 2015).

Com base na legislação, com destaque, à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a educação inclusiva entre outros pontos, se caracteriza como um direito dos estudantes com deficiência de frequentar a escola regular e receber toda a assistência necessária para seu completo desenvolvimento estudantil assim como os estudantes sem deficiência. No contexto da educação física escolar, Soler (2009) destaca que os professores estão sendo chamados a enfrentar o desafio de incluir todos os estudantes, respeitando suas diferenças, para isso, entre outros pontos, se faz necessária uma adequação dos componentes pedagógicos, como os conteúdos, com destaque neste estudo ao esporte, para que a realidade da exclusão nas aulas de educação física na escola possa começar a ser mudada, a inclusão é uma demanda não só da educação, como também de toda a sociedade. Frente às questões da educação inclusiva descritas acima, como aborda-las relacionando-as ao contexto da educação física escolar e seus conteúdos pedagógicos, em especial ao esporte e suas especificidades.

3 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O ESPORTE

Para compreendermos o Esporte no contexto da educação física escolar brasileira e principalmente na perspectiva da inclusão, é preciso primeiro uma viagem no tempo, nos caminhos que educação física tomou na história do Brasil e também suas raízes europeias, porque assim como antes abordado neste estudo, o esporte não é um fenômeno que deve ser abordado de maneira isolada dos outros fatos que ocorreram e ocorrem na sociedade. Assim como outros fenômenos sociais, as práticas esportivas se desenvolvem dentro de um cenário político, econômico e social, e muito das características que este apresenta, é devido aos aspectos que definem a sociedade em que este está inserido e sua construção cultural histórica, por essa razão, a compreensão atual ou de qualquer momento em relação ao esporte, necessita de uma releitura histórica, por que assim como defende Daolio (2004), desde o início da história humana até os dias atuais, todas as manifestações corporais surgem a partir da dinâmica cultural e assumem diferentes sentidos para os povos que as praticam. Assim uma visita ao passado poderá deixar mais claro os sentidos e significados do esporte na história da educação física no Brasil.

Oliveira (1993) destaca que o Brasil tem marcado em sua história um longo tempo de colonização e atraso no seu desenvolvimento e o que refletiu em toda sociedade, é claro a educação física não ficou de fora, demorando assim a assumir uma identidade. As primeiras formas de atividade física em solo brasileiro, porém, remontam de antes da chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, os povos nativos do Brasil, os indígenas, tinham sua forma de expressão corporal pautada na celebração e sobrevivência, práticas físicas em meio ao natural, a partir das necessidades, as atividades físicas assumiam um caráter utilitário assim como os povos pré-históricos, em que tudo era feito de forma espontânea e natural (SOLER, 2009). Nesta perspectiva os índios praticavam natação, arco e flecha, luta, caça, pesca, montaria, canoagem e corridas, algo que naturalmente fazia parte do seu cotidiano, às características nômades dos indígenas assim como dos povos na pré-história, impedia que este assumisse um comportamento sedentário, o que não o possibilitou de criar e desenvolver hábitos esportivos, fazendo com que os povos indígenas pouco contribuíssem com a cultura esportiva brasileira, a única contribuição destes ao campo esportivo foi o da peteca (OLIVEIRA, 1993). Desta forma inicialmente em território brasileiro as atividades físicas eram praticas com objetivos de sobrevivência dos povos nativos, sem estes não

desenvolverem um conteúdo vasto para a educação física brasileira, mas é sempre bom lembrar que a história assim como destaca Medina (2007), é contada pelos vencedores, o que impede interpretação dos fatos por parte dos povos dominados.

Apesar da pouca contribuição dos indígenas no contexto esportivo, estes fizeram parte do processo do desenvolvimento da cultura corporal do movimento no Brasil, que foi acontecendo naturalmente com o passar dos séculos. Outro povo que deixaria uma significativa manifestação da cultura corporal ao Brasil foram os africanos, que no século XVI trazidos pelos portugueses e escravizados, através da sua cultura corporal, criaram a capoeira, uma atividade física que é um misto de dança e luta. A condição de colônia de Portugal faz com que o Brasil demore a se desenvolver socialmente, seu território era explorado economicamente para suprir as necessidades dos portugueses e desenvolvimento do seu país, restando pouco ao Brasil, este era até mesmo impedido de iniciar movimentos culturais (OLIVEIRA, 1993). Esta realidade inicial impede que a sociedade brasileira se desenvolva e conseqüentemente suas expressões culturais são reprimidas, entre elas a educação, e as atividades físicas de caráter educacional. De acordo com Ribeiro (1992), a educação chega ao Brasil pelas mãos do padre jesuíta Manoel de Nobrega, que tinha como objetivo educacional, a catequização e instrução dos índios, e posteriormente instruiu também os filhos de colonos, desta maneira os primeiros professores no Brasil foram os padres jesuítas. Entretanto esta educação não valorizava as atividades físicas, era de natureza clássica, valorizando a literatura e a retórica e desprezando a ciência e as atividades manuais, o que influenciou negativamente na aceitação das atividades físicas por parte da sociedade da época (ARANHA, 1989).

O conteúdo desta educação desenvolvida pelos padres jesuítas era a conversão dos indígenas ao catolicismo e mudanças dos seus costumes, como a nudez e poligamia, e aos filhos dos colonos era dada uma educação alienada que nada contribuía com o desenvolvimento da realidade local, ministradas em latim e grego, basicamente era um tipo de conteúdo que contribuía com a manutenção dos objetivos colonizadores da corte portuguesa, o que fica claro quando constatado que apesar dos mais de 200 anos da presença dos jesuítas em terras brasileiras, estes não criaram nenhuma instituição de ensino superior, o que não propiciou um ambiente para o desenvolvimento da educação física, e muito menos da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 1993).

O surgimento da Educação física no Brasil acontece ainda na fase colonial, surge em 1810, com a Carta Régia, a educação física, porém ainda não tinham essa

denominação, neste documento, primeiro aparece como ginástica, de características militares e higiênicas, baseado nas classes médicas higiênicas e eugênicas, e militares. A ginástica alemã neste ano foi introduzida na Academia Real Militar, e chega ao Brasil com objetivos bem definidos, a formação de cidadãos fortes e corajosos e para eugenia da raça, com novas características, forte, pura e sadia, já que os negros eram considerados inferiores, o que era algo sem nenhum fundamento lógico, puro preconceito e ignorância (SOLER, 2009). O Brasil se torna um país independente em 1822, e inicia a sua fase imperial, mas de acordo com oliveira (1993), a situação educacional do país nesta época era um caos total, sendo que somente a partir de 1824 com a primeira constituição, houve tentativas de se organizar o sistema educacional de ensino, o que mostra o quanto nociva foi à fase colonial para o desenvolvimento da educação brasileira, e conseqüentemente a educação física. A ginástica só foi incluída como atividade obrigatória nas escolas de ensino primário, com a Lei Nº 630, de 17 de setembro de 1851, acontece a Reforma Couto Ferraz. Mas as características de educação clássicas que os jesuítas introduziram no Brasil, em que as atividades físicas não eram valorizadas, marcam a sociedade brasileira, assim a inclusão da ginástica no currículo escolar não foi muito bem aceita pelos pais dos alunos, e pela elite da época, estes vetaram a participação das alunas nas aulas de ginástica por entender que esta remontava ao trabalho manual e escravo, somente os homens participavam das aulas de educação física, porque a ginástica surge em terras brasileiras nas instituições militares, que entre outros objetivos, buscava formar homens fortes, sadios, preparados para trabalhar no desenvolvimento de um país em transformação (SOLER, 2009).

Mas a inclusão da ginástica alemã como obrigatória nos currículos escolares segundo Oliveira (1993, p.53) “provocou reações por parte daqueles que viam a Educação física como elemento da Educação, e não um mero instrumento para adestramento físico”. Esse contexto demonstra diferentes visões acerca da educação física na sociedade brasileira do século XIX, de um lado a elite descontente com o caráter manual e que remetia aos trabalhos escravos, do outro, pessoas ligadas à educação preocupadas com o caráter militar dado à ginástica, sendo introduzido no campo educacional. O que fica evidente é que a educação física no Brasil Imperial assumiu no âmbito escolar caráter militar, higienista, eugênico, influenciadas pelas classes médicas e Militares. Mas a educação física como entendemos hoje, vai muito além da ginástica, e no contexto da sociedade da época outras modalidades da cultura corporal do movimento também se faziam presentes, como no campo esportivo, com

destaque ao remo, que era o esporte mais popular naquele momento, não sendo ameaçado por outra modalidade esportiva (OLIVEIRA, 1993).

Neste período da História brasileira, por mais que ainda sem tanta ênfase, surgem às primeiras preocupações de intelectuais com a educação física, em 19 de abril de 1879 tem o decreto nº 7247, é decretada a Reforma de Ensino Leôncio de Carvalho, contido nesta em 1882 os pareceres de Rui Barbosa, que como pontos de destaque estão:

- a) Obrigatoriedade de Educação física no jardim de infância e nas escolas primária e secundária, como matéria de estudos em horas distintas das do recreio e depois das aulas; b) Distinção entre os exercícios físicos para os alunos (ginástica sueca) e para as alunas (calistenia); c) Prática de exercícios físicos pelo menos quatro vezes por semana, durante 30 minutos, sem caráter acrobático; d) Valorização do professor de educação física, dando-lhe paridade, em direitos e vencimentos, categoria e autoridade, aos demais professores; e) Contratação de professores de educação física, de competência reconhecida, na Suécia, Saxônica e Suíça; f) Instituição de um curso de emergência em cada escola normal para habilitar os professores atuais de primeiras letras ao ensino da ginástica (OLIVEIRA, 1993, p.54 -55).

Rui Barbosa sem dúvida foi importante para história do Brasil e desenvolvimento da educação física escolar, seus pareceres deixam claro a importância da educação física na escola, assim como sua igualdade pedagógica em relação às demais disciplinas. É importante notar que no seu parecer, este indica a ginástica sueca em detrimento da alemã, seu posicionamento em relação à área começa a desmistificar as atividades físicas como algo sem importância educacional, como foi tratado na fase colonial do Brasil,

No final do século XIX grandes fatos sociais vão impulsionar a importância da educação física para sociedade, em 1888 põe-se fim aos quatro séculos de escravidão no Brasil, e em 1889 é proclamada a República. Esses fatos modificam a vida na sociedade brasileira, com a abolição da escravidão e a alteração na área do trabalho, consequentemente iniciam-se as imigrações no país, acontecem às revoluções nos meios de transporte, o que alterou a forma de locomoção nas cidades, uma nova sociedade vai surgindo, com novas demandas, e a educação física assume importante papel nesse processo de estruturação de nova sociedade republicana (OLIVEIRA, 1993).

Mas pra melhor compreendermos esta característica que a educação física vai assumir na sociedade brasileira na idade contemporânea, precisamos falar sobre suas raízes europeias, porque assim como aborda Daolio (2004), as manifestações corporais

do ser humano são desenvolvidas a partir das interações sociais ao longo do tempo, e fazem parte da cultura de um povo, assumindo diferentes significados, desta maneira a ginástica introduzida inicialmente nas escolas brasileiras em 1851, e a indicada por Rui Barbosa 1882 tem sua origem na Alemanha e Suécia, respectivamente, e para compreendermos seu conteúdo, vamos abordar as raízes europeias da educação física brasileira.

De acordo com Ramos (1983, p.26):

Os primeiros sistemas regulares de Educação física, elaborados com certa ordenação e obedecendo a determinados princípios pedagógicos, apareceram a partir da segunda metade do século XVIII, com Basedow (1723-1790) e Amorós (1770-1848), dando importância aos exercícios ginásticos. Deles surgiram, na Europa Ocidental, três grandes movimentos doutrinários que, fechados em seus princípios e influenciados pelo fator político, persistiram em seus antagonismos até o II Grande Conflito Mundial, aproximadamente. Tais movimentos – do Centro, do Norte e do Oeste – tiveram seus principais centros culturais sediados, respectivamente, na Alemanha, Suécia e França. Com conceituação diferente dos sistemas citados manifestou-se na Inglaterra, devido ao pioneirismo de Arnold (1795- 1842), a prática dos jogos desportivos.

Estes sistemas foram desenvolvidos cada um com suas especificidades, com caráter militar, educacional, esportivo, higiênico, entre outros. Todavia, estes estruturados com caráter pedagógico, mas para o entendimento mais amplo em que estes sistemas aparecem e suas finalidades, precisamos compreender as estruturas e características da realidade política, social e econômica em que estes surgiram, a Europa da metade final do século XVIII e século XIX.

A educação física escolar com conteúdo como jogos, ginástica, dança, surgiu na Europa no final do século XVIII e início do século XIX, a partir de uma nova configuração social, surge à sociedade capitalista, a burguesia ocupa o poder como classe dominante e desenvolve os sistemas nacionais de ensino de acordo com seus interesses. Desta forma a ginástica surge na Europa para além do seu conteúdo prático, pedagógico sistematizado, com abordagem na escola e na sociedade objetivando a manutenção de um status quo, dos interesses burgueses (SOARES; TAFFAREL; VARJAL et al.,1992).

Esta característica dada à educação física na sociedade capitalista burguesa vai servir de acordo com Soares (2017), para construir um novo homem, capaz de se adequar a uma nova ordem política, econômica e social, um processo que objetiva o homem integral, dando atenção aos seus aspectos mentais, intelectuais, culturais e

físicos. Desta maneira, a educação física então, tendo como referencial as ciências Biológicas, de caráter científico, se encarregará de preparar este homem para atuar, nos mais diversos campos na construção desta nova sociedade, e a partir deste homem disciplinado e automatizado, a classe burguesa objetiva a aceitação da sua supremacia por parte de outra classe social, a proletária, que é quem usará sua força de trabalho para sustentar estas novas estruturas da sociedade capitalista burguesa.

Neste contexto a educação física como atividade pedagógica, surge de necessidades sociais reais, do rompimento de uma configuração antiga, para uma ideia de sociedade contemporânea, estruturada a partir de interesses capitalistas, da burguesia como classe dominante, esta determina à ordem política, social e econômica, a que todos na sociedade estarão sujeitos. É neste contexto Europeu contemporâneo que surgir a educação física que desembarcará no Brasil Imperial, e marcará tanto por características militares e higiênicas, caracterizado na disciplina e hierarquização da instituição militar no controle social, e pela sua referência nas ciências biológicas, já que se utilizará do médico que é quem controla este conteúdo, influenciado diretamente o caráter científico do desenvolvimento da aptidão física dos alunos, na construção de uma renovada sociedade. Este modelo de educação física incluirá outros elementos de caráter elitistas e persistirá no Brasil por um bom tempo, até colapsar a partir de uma nova configuração da sociedade brasileira, uma perspectiva superadora, democrática e crítica (SOARES; TAFFAREL; VARJAL et al.,1992).

No campo esportivo desde a metade final do século XIX, as práticas de esportes já faziam parte das atividades culturais concretas na vida em sociedade em algumas cidades pelo país, assumindo caráter higiênico, lúdico, educacional, ajudando a construir um projeto de sociedade moderna, está cada vez mais apresentava sofisticação, com crescente atividade produtiva, e a educação física terá fundamental papel neste cenário (LINHALES, 2009). Em 1894 chega ao Brasil um esporte que nas primeiras décadas do século XX irá suplantar o remo como esporte mais popular do país, o futebol. Este inicialmente era praticado só pela elite, mas não tardou muito em se popularizar. Outros esportes foram introduzidos no Brasil nesta época, em 1896 a natação, basquete e o tênis 1898, desta maneira o esporte chega ao país para começar a se desenvolver e estruturar-se, se tornando na década de trinta um fenômeno social (OLIVEIRA, 1993).

Em paralelo ao desenvolvimento do esporte no país, os sistemas regulares de educação física desenvolvidos na Europa seguem seu protagonismo na educação física

escolar brasileira, assim como destaca Soares, Taffarel e Varjal et al. (1992) , os métodos ginásticos europeus e a instituição militar foram os grandes influenciadores dos sistemas de ensino nas quatro primeiras décadas do século XX, tudo atrelado ao contexto político, social e econômico da época. Mas de acordo com Oliveira (1993), o método francês originário da Escola de Joinville-le-Pont, torna-se obrigatório e suplanta os outros métodos em relação a sua aplicação, na área militar, em 1921 um decreto aprova o “Regulamento da Instrução Física Militar”, destinado a todas as armas, inspirado na ginástica francesa, e na educação física escolar foi adotado em 1931 enquanto não fosse criado o Método Nacional de Educação Física, a ginástica francesa seria a principal referência da educação física brasileira por mais de duas décadas.

Soler (2009) destaca que todos estes métodos ginásticos aplicados no Brasil se baseavam em princípios biológicos, assim a educação física se constituía exclusivamente de atividades práticas, deixando de lado abordagens críticas e reflexivas acerca do conteúdo em si, e da atuação na sociedade, concepção que fica marcada em relação a como alunos e outras pessoas vão enxergar a educação física na escola, em que aulas teóricas não parecem fazer parte da estrutura pedagógica da disciplina, criando um certo estranhamento quando isto acontece. A adoção do Método francês na área militar culmina em 10 de janeiro de 1922 na criação do Centro Militar de Educação Física, que objetivava a coordenação e difusão do método e suas características esportivas.

Em 1924 é criada no Rio de Janeiro a ABE (Associação Brasileira de Educação), instituição que assume papel importante em posicionamentos políticos em defesa da educação nacional e do futuro do país, formado por grupo de intelectuais preocupados com o desenvolvimento da sociedade brasileira, baseados em discursos educacionais para além dos limites da escola (LINHALES, 2009). Voltando ao contexto da educação física, em 1929 entra em funcionamento o Curso Provisório de Educação Física, situado no centro Militar de Educação Física, no mesmo ano seguindo as premissas pelo qual estruturada na década de vinte, Associação Brasileira de Educação, se posicionará com duras críticas a um Anteprojeto de Lei relativo à educação física, formulado por militares, críticas essas direcionadas ao então ministro da Guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, a ABE sugeriu os seguintes pontos:

1. Convém ser criada pelo governo federal a Escola de Educação Física, tendo entre outros objetivos, o fim precípua de preparar instrutores civis

- destinados às escolas primárias e secundárias e normais do País, conforme acordo que se fará, com os governos dos estados.
2. Esse Instituto será anexo à Universidade do Rio de Janeiro.
 3. Como ele ainda tardará a fornecer os instrutores necessários, o governo federal deve ficar autorizado desde já a contratar técnicos e a pô-los, sem ônus, á disposição dos estados de menores recursos. Esses técnicos se incumbirão de neles orientar a Educação Física, junto às respectivas diretorias de Instrução Pública.
 4. Tanto os professores do Instituto acima projetado como os técnicos a que se refere a sugestão anterior, serão escolhidos dentre indivíduos, nacionais ou estrangeiros, que tenham certificados de institutos de Educação Física de reputação mundial.
 5. Para a regulamentação do Instituto em projeto e para a indicação dos estabelecimentos onde devem ser buscados os técnicos necessários, convém ser criada uma Comissão de Educação subordinada ao Ministério do Interior, e composta de membros honorários representando os educadores, os médicos e os especialistas em Educação Física (SOLER, p.116, 2009).

De acordo com os objetivos da ABE em relação ao desenvolvimento da educação e sociedade brasileira, as críticas feitas ao Ministro da Guerra referente ao Anteprojeto de Lei se faziam necessárias, já que os militares objetivavam a militarização da educação física escolar, para interferir nas estruturas da sociedade brasileira. Mesmo com a resistência da ABE, as aspirações militares no campo educacional tiveram êxito, o Anteprojeto foi levado ao congresso pelo então presidente Washington Luís, e se consolidaram nos anos 30 (LINHALES, 2009). Fato que é destacado por Soares, Taffarel e Varjal et al. (1992), em que praticamente durante toda a década de 30 os profissionais da educação física que trabalhavam na escola, eram todos instrutores com formação nas instituições da classe militar, somente com o Decreto-lei nº 1212, de 17 de abril 1939, foi criada a primeira escola de formação civil de professores de educação física.

De 1937 a 1945, o governo ditatorial de Vargas tem total controle da educação física, e seus interesses são utiliza-la como mecanismos para adestrar os cidadãos, tornando-os disciplinados, dóceis, fortes e sadios, neste momento o higienismo predomina, na busca de uma nova sociedade capitalista. Neste contexto a educação física é parte importante no processo, sendo que esta denominação aparece pela primeira vez na constituição de 1937, esta terá importante papel no crescimento industrial e desenvolvimento das cidades, preparando os jovens para nova estrutura de sociedade que se pretendia, período em que a educação física nunca esteve tão militarizada, já que Vargas temia conflitos armados e lutava contra forças oposicionistas ao regime político em vigor (SOLER, 2009).

Desta forma a educação física escolar seguiu sendo pautada pela área militar, só que agora através do Método ginástico francês, que foi a grande referência até a década de 50, até que o Professor Alfredo Colombo, responsável pelo setor de Educação física do Ministério da Educação, tirou a obrigatoriedade do método francês, este fato e a chegada de professores estrangeiros ao Brasil, começou a mudar as características da educação física brasileira (OLIVEIRA, 1993).

Com o fim da Ditadura de Vargas e da Segunda Guerra Mundial, os caminhos da educação física começam a mudar, novas tendências aparecem disputando a hegemonia na educação física escolar, conteúdos novos ganham destaque como o Método Natural Austríaco e Método da Educação Física Desportiva Generalizada, trazido por Auguste Listelo a terras brasileiras. Neste momento o esporte se torna a maior influência na educação física escolar, mas este conteúdo não assume características próprias de caráter educacional, o modelo de esporte que vai predominar na escola, é o do rendimento esportivo, da valorização da competição, uma cópia do esporte institucionalizado, o professor passa a ser visto como treinador e o aluno como atleta, pautados nos princípios de racionalidades, eficiência e produtividade, a pedagogia se torna tecnicista, priorizando o desenvolvimento da técnica e tática esportiva (SOARES; TAFFAREL; VARJAL et al., 1992).

Esta influência do esporte que valoriza o rendimento, a competição exacerbada, será a base para o desenvolvimento da educação física escolar nos anos 60 e 70, inclusive voltando a ser usada pelos militares como mecanismo alienante para contribuir com seus interesses na ditadura militar durante duas décadas. Na década de 60 a influência do esporte de alto rendimento na educação física faz com que esta passasse a ser exclusivamente prática, deixando de lado a reflexão crítica em relação a sua atuação, importante era a parte procedimental, objetivando o sucesso esportivo, as premiações, a busca pela vitória a qualquer custo. Com o golpe militar em 1964, esta passa a ser usada na década de 70 como originalmente era utilizada pelos militares no final do século XIX e começo do século XX, ou seja, baseado nas classes médicas higiênicas e eugênicas e militares, com objetivos de adestramento, da aptidão física, buscando um cidadão forte e preparado para servir as forças armadas e conseqüentemente ao país, somou-se a este fato, a força do esporte entre as massas, e este foi utilizado com objetivos políticos, através do sucesso esportivo como divulgação das políticas Militares, a copa de 1970 e o sucesso da seleção brasileira são grande exemplo do uso político do esporte, usando a vitória da seleção nacional para alienar a população acerca de temas importantes para a

sociedade, nas escolas este modelo de esporte de alto rendimento se torna hegemônico, as aulas tornam-se exemplo de treinamentos esportivos, o que as tornam um ambiente de exclusão, separando alunos por sexo, e minando a participação dos alunos menos hábeis que não se enquadravam neste modelo de eficiência técnica.

Apesar de todo esse contexto de valorização do esporte de alto rendimento no ambiente escolar por parte dos militares, objetivando a busca por talentos esportivos, para tornar o país uma potência olímpica e assim usar este sucesso no campo esportivo como propaganda para o regime militar vigente, todavia essa ambição não obteve êxito, deixando claro que a escola não é lugar de fabricar atletas, e sim seres humanos completos, através da formação integral, que possam ser agentes ativos na mudança da sua realidade, de transformar a sociedade em um lugar melhor para todos (SOLER, 2009).

Estes modelos e conteúdos utilizados para abordar a Educação física na escola e sociedade desde o final do século XIX, na Ditadura Militar a partir de 1964 até a década de 80 assumem principalmente características Militares, objetivando a formação de pessoas disciplinadas, submissas, dóceis e com boa aptidão física, Médicas higiênicas e eugênicas, visando uma raça pura, sem doenças, forte, sadia e mais nobre, e de valorização do esporte de alto rendimento, buscando encontrar e formar na escola o talento esportivo. Todos baseados em princípios anátomo-fisiológicos, e todos sendo aplicados a partir de interesses políticos, sociais e econômicos por parte da elite, a classe dominante que comanda e decide o futuro do país (DARIDO, 2007).

Dos anos 50 em diante, o esporte, a partir da inclusão do Método da Educação Física Desportiva Generalizada, trazido por Auguste Listelo, suplanta os métodos ginásticos, Alemão, Sueco, e principalmente o Francês que até então era o conteúdo hegemônico nas escolas brasileiras, esta ascensão e grande influência do esporte de alto rendimento na educação física escolar ficam bem evidentes quando em 1971 o decreto nº 69.450/71, destaca que a educação física era "atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando". O que este decreto objetivava como define Soler (2009, p.120) era "ênfase na aptidão física, e iniciação esportiva a partir da quinta série, buscando a descoberta de novos talentos". Claramente era uma política direcionada para o esporte de alto rendimento, professores eram contratados pelos seus feitos no campo esportivo, o que fazia deste o professor-treinador, o esporte servia de instrumento de ideologias

políticas, ele chega à escola sem um caráter educacional, que vá contribuir com a formação integral dos alunos, era só mais uma forma de adestrar e alienar.

Mas estes modelos de educação física com o tempo e mudanças na sociedade, tornaram-se obsoletos, ficando claro que não cabiam na nova sociedade que vinha surgindo, está com características Democráticas, de valorização do homem como um todo, não o fragmentando, assim com o fim da ditadura militar e redemocratização do país na década de 80, a educação física se encontrava em momento de reflexão, de crise, de uma busca de indenidade, uma nova proposta, que se colocasse como oposição a estes modelos históricos, e que melhor representasse a área e sua função na educação escolar, este fato é destacado por Darido (2007, p.13):

A partir da década de 1980, em virtude do novo cenário político, esse modelo de esporte de alto rendimento para escola passou a ser fortemente criticado e como alternativas surgiram novas formas de pensar a educação física na escola. Dessas considerações resultou um período de crise que culminou com o lançamento de diversos livros e artigos que buscavam, além de criticar as características reinantes na área, elaborar propostas e pressupostos que viessem a tornar a educação física mais próxima da realidade e da função escolar. É preciso ressaltar, no entanto, que, apesar das mudanças no discurso, sobretudo o acadêmico, características desse modelo ainda influenciam muitos professores e sua prática.

Estes fatos demonstram que a educação física e o esporte, não estão isolados do contexto social em que estão inseridos, estes vão se desenvolver a partir de uma estrutura de sociedade, assumindo assim muito das características desta, incorporando determinados valores e sentidos, ou se reestruturando com as mudanças da própria sociedade.

Este momento de reflexão da área também é abordado por Kunz (2006, p.16 - 17):

Especialmente na década de 80 iniciou-se no Brasil um período de críticas, talvez seja melhor dizer de denúncia, sobre a hegemonia e o modelo de esporte praticado nas escolas pela Educação Física. Uma das críticas era fundamentada em modelos teóricos de tendência marxista, que viam no fomento do esporte uma sequência, até mais rigorosa, do processo de alienação e reificação do homem que já acontecia na sociedade, especialmente com a classe trabalhadora, na relação com o poder econômico de uma elite. Assim, são conhecidos os trabalhos de João P. Medina, Victor M. de Oliveira, Kátia Cavalcanti, Valter Bracht, Celi N. F. Taffarel, entre outros, que apresentam análises nessa linha de denúncia. Por outro lado, e independentemente dessa crítica ao esporte, surge outro modelo de crítica. Nesse, a crítica se dirige, especialmente, ao processo de aprendizagem dos esportes no âmbito escolar, quando questiona a precocidade do ensino de modalidades esportivas para crianças das séries

iniciais. Essa crítica coincide, naturalmente, com as discussões em torno do estabelecimento da obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis e com profissionais qualificados, ou seja, professores de Educação Física.

Estas críticas destacadas por Kunz vão ao encontro de um novo modelo pra educação física escolar, a primeira preocupada com o modelo biológico e alienante que reinou na educação física durante tanto tempo, desprezando o fator social do homem. A segunda especificamente tratando do esporte, e indiscriminadamente sua aplicação nas series iniciais dos sistemas de ensino, já que este modelo remetia ao institucionalizado, atrelado ao rendimento esportivo, improprio para educação física escolar, ainda mais pra as series iniciais e suas especificidades.

Neste novo momento da educação física brasileira, Darido (2007) destaca o surgimento de produções acadêmicas na área, com objetivo de superar esse histórico e propor novas formas de pensar e abordar a educação física na escola, para que ela se torne mais crítica, mas humana, para que dê condições concretas dos alunos entenderem os conteúdos numa visão ampla, sociocultural, para que estes depois possam aproveitar as práticas corporais quando quiseram, com autonomia para criar e recriar, para melhor se utilizar dos conhecimentos da cultura corporal do movimento.

Estas produções acadêmicas surgem principalmente para apresentar propostas que rompessem com a lógica do esporte de rendimento hegemônico na escola, Soares; Taffarel; Varjal et al.(1992) define que este era desenvolvido a partir da pedagogia tecnicista, em que a eficiência e eficácia eram o mais importante , tornando-o um conteúdo exclusivamente prático, sem crítica ou reflexão da sua atuação.

Desta maneira surgem algumas concepções pedagógicas a partir dos anos 80, que objetivavam demonstrar a importância da educação física escolar, e o rompimento do esporte de alto rendimento, da aptidão física como modelo a ser reproduzido na escola, buscava-se assim se justificar como prática pedagógica com valores educacionais. Estas concepções são destacadas a partir das teorias da Educação física e a classificadas em Teorias da Educação Física não-propositivas, propositivas não sistematizadas e propositivas sistematizadas, que podem ser abordagens ou concepções pedagógicas. As Teorias não propositivas correspondem às abordagens Fenomenológica que tem como principais autores (Santim/Wagner); abordagem “Sociológica” autor (Mauro Betti); abordagem “Cultural” autor (Jocimar Daólio), as três tratam da educação física escolar sem apresentarem um método de ensino, por esta razão são classificadas como abordagens. Teorias da Educação Física propositivas não sistematizadas, estas

correspondem às concepções Desenvolvimentistas autor (Go Tani); concepção Construtivista autor (João Freire); Concepção Educação Física “Plural” autor (Jocimar Daólio); Concepção de “Aulas Abertas” autor (Reiner Hildebrandt); Concepção Crítico Emancipatória autor (Elenor Kunz), estas são classificadas como concepções, por que concebem uma estrutura de educação física diferente da prática hoje abordada, mas estas não apresentam nenhum método sistematizado entorno deste entendimento. Teorias da Educação Física propositivas sistematizadas, estas correspondem às concepções Aptidão Física autor (Vitor Matsudo); concepção Crítico-Superadora autores (Soares; Taffarel; Varjal; Bracht; Castellani Filho e Escobar), a primeira remete ao histórico da educação física em que valorizava a aptidão física, a pedagogia tecnicista, a segunda tem como autores o grupo conhecido como “Coletivo de Autores”, se baseia em teorias críticas da educação e concepções filosóficas da mesma, produzidas por Dermeval Saviani (CASTELLANI FILHO, 1999).

Neste novo contexto, a Educação Física a partir dos anos 80 passa a se estruturar de outra maneira, apesar de algumas práticas antigas persistirem (DARIDO, 2007). Uma nova pedagogia ganha força, referenciada no ser humano e suas dimensões, em busca de uma formação integral, todo aquele histórico de exclusão dos menos hábeis, dos deficientes começa a encontrar subsídios para uma mudança real desta realidade. Em 1987 surgiu nos cursos de graduação à educação física adaptada por meio da resolução 03/87, do Conselho Federal de Educação, que proporcionou formação aos professores de educação física para poderem trabalhar com os alunos com deficiências, a realidade do ambiente excludente em relação aos alunos menos hábeis e dos deficientes poderá e deverá mudar, por mais árduo que seja o caminho, a mudança na direção de uma sociedade inclusiva mais humana parece ser a tendência, a partir dos anseios e legislação de uma sociedade democrática, caracterizando um novo conceito de educação física, pautado em uma nova estrutura social (SOLER, 2009).

As novas propostas apresentam caráter educacional, para uma nova configuração de sociedade, agora democrática. A maioria destas concepções apresentam novos caminhos para educação física escolar a partir do rompimento com os modelos anteriores que apresentavam característica militar, higiênicas e eugênicas que causavam exclusões no ambiente escolar e valorizavam acima de tudo a aptidão física e o alto rendimento esportivo.

4 O ESPORTE: breves considerações

O ator principal desta trama é o esporte, pra compreendermos como este poderá assumir um sentido de inclusão na educação física escolar, primeiro é importante abordarmos o mesmo de maneira ampla, seus significados e desenvolvimento histórico nas sociedades. A história do esporte é dividida em esporte antigo, que vai da antiguidade até o século XIX, esporte moderno, que tem início com o Inglês Tomas Arnold depois de 1820 e que começou a institucionalização do esporte, e o esporte contemporâneo, que surge no final da década de 80, com característica de que todos tem direito a prática do esporte (TUBINO, 2010). Neste contexto, fica claro que as práticas esportivas fazem parte a muito tempo do cotidiano do homem, e que para compreender este fenômeno é necessária uma viagem pela história da humanidade, olhar para o passado para entender os processos pelos quais este fenômeno humano se moldou ao longo do tempo até assumir os significados atuais, uma viagem enriquecedora do ponto de vista cultural.

2.1 Significados

Pesquisar sobre a história do esporte, vai além da compreensão das características do esporte em si mesmo, muito mais que saber quando surgiu ou sobre seus fundamentos e regras, é antes de tudo ter a oportunidade de estudar muito da cultura humana, aprender sobre as tradições, cotidiano, ritos, características dos mais diversos povos e sociedades, porque assim como aborda Tubino (1999, p.12) “a história do esporte é íntima da cultura humana”, compreender seus significados no decorrer dos séculos, é entender também sobre as características políticas, sociais e econômicas dos diferentes momentos históricos, e sociedades em que surgiu e se desenvolveu. Mas então, qual a origem e significado da palavra esporte, que interpretações este fenômeno sociocultural tão presente na vida das pessoas teve ao longo da história.

Para Barbieri (2001, p.94) “A palavra esporte, na língua portuguesa, tem origem em Sport (exercícios, prazer, distração, brincadeira, repouso corporal) da língua inglesa”, neste sentido, os exercícios físicos que eram realizados no tempo livre, objetivando lazer, prazer, receberam está denominação, algo que Oliveira (1993)

também aborda nesse sentido de prazer, divertimento e descanso dado ao esporte, e lembra que mesmo o esporte apresentando outras diferentes manifestações ao longo do tempo, as pessoas continuavam fieis ao seu sentido original. Corroborando com este significado dado ao esporte, Tubino (1999, p.8) defende que a palavra esporte surge no século XIV, “ quando marinheiros utilizam-se das expressões “fazer esporte”, desportar-se ou “sair do porto” [...] ” para explicar as atividades físicas praticadas como passar tempo, aproveitando os momentos livres. Muitos são os termos e interpretações dada a palavra esporte, as palavras utilizadas na Alemanha nazista eram *Leibeserziehung* ou *Korpererziehung* que significavam educação física, isso antes da segunda Guerra Mundial, quando o conflito teve fim, o governo alemão abandona estas expressões e passar a usar a palavra *Sportunterricht* ou *Sport*. Esta decisão de abandonar os termos antigos ocorreu porque o governo alemão entendia que estes termos anteriores simbolizavam o mau uso do conteúdo do esporte (TUBINO, 1999). É interessante notar como os termos educação física e *Sport* na Alemanha eram utilizados para se referir ao conteúdo esportivo, mesmo que com diferentes entendimentos do uso deste, estes dois termos (esporte, educação física) em vários momentos se entrelaçam na história, assim como na Alemanha, às vezes designando o mesmo conteúdo, no caso o esportivo, e em outros momentos, como atualmente, a educação física é entendida como uma disciplina que abrange muitos outros conteúdos além do esporte (BRASIL, 2018). Deste modo observa-se que colocar a educação física como sinônimo de esporte, como destaca Oliveira (1993), acaba criando problemas que além de interpretativos, também são estruturais em relação às atividades físicas praticadas dentro da escola, porque induz a entendê-la essencialmente como competição, o que faz com que a educação física na escola nesta perspectiva, valoriza a seletividade, o rendimento, objetivando os recordes esportivos. Em outros países estes termos (esporte, educação física) tinham significados distintos, na França as expressões utilizadas eram *education physique* e *Sport*, na Inglaterra e nos Estados Unidos, os termos também são diferenciados, *physical education*, *Sport* e *recreation*. Na Itália prevalece a palavra *sport*, na Espanha usa-se *deporte*, destacando que nos dois países há uma notável divisão entre os conteúdos do esporte, que é praticado em clubes e centros comunitários, e da educação física, que se restringe ao espaço escolar. Na União soviética o termo esporte fazia parte de algo bem mais amplo, que envolvia outras atividades físicas além do esporte, a *fizkultura* que significa cultura física, (TUBINO,1999).

Segundo Barbieri (2001) surge uma diferenciação entre os termos esporte e desporto no Brasil no final da década de 60 e na década de 80 do século passado, em que se atribuiu o sentido de brincadeira, lazer, recreação, informalidade ao primeiro, e ao segundo, o sentido do rendimento, desempenho, excelência, da institucionalização, da competição de alto-nível, mas essa diferenciação dos termos é apenas quanto à sua etimologia, não havendo, portanto, uma diferença de sentidos para cada uma das palavras, o termo esporte é o mais utilizado internacionalmente para falar sobre às atividades esportivas, já que é adotado como a palavra internacional pela maioria dos países.

É notável a compreensão de que originalmente o significado empregado à palavra esporte, é de natureza lúdica, em que as pessoas através das atividades físicas aproveitavam seu tempo livre para se divertir. Significado este que Oliveira (1993) destaca em que pessoas ao falarem sobre descomprometimento em uma atividade nos dias atuais, citam que fizeram algo por esporte. Deste modo as pessoas se utilizavam das atividades físicas para se divertir, descontraír, aproveitar o momento livre que dispunham. Mas este entendimento lúdico se relaciona ao significado e origem da palavra esporte, termo este que nos dias atuais usamos para nominar diversas atividades físicas que são construções da cultura humana ao longo da história, afinal como define Brotto (2013) o esporte é um fenômeno humano, presente há muito tempo em diversas culturas em diferentes lugares. Quando falamos de uma maneira mais ampla sobre esses diversos tipos de atividades físicas praticadas pelo homem e seus significados, entre estas as esportivas, o cenário se amplia para além da ludicidade, como defende Tubino (1999), as atividades físicas na antiguidade assumiam caráter utilitário-guerreiro, higiênicas, rituais e educativas, demonstrando que as atividades físicas, inclusive as de caráter esportivo, tiveram diversas finalidades na história humana. Ramos (1983) também destaca os diferentes sentidos dado as atividades físicas no mundo antigo, entre elas aspectos naturais, “utilitário, guerreiro, ritual, e recreativo”, características estas que tinham como objetivo principal a luta pela sobrevivência.

2.2 Origens

As atividades físicas sempre estiveram presentes na história humana, assumindo diferentes sentidos, entre estas atividades estavam as pré-esportivas, já que eram bem diferentes das práticas esportivas atuais (RAMOS, 1983). Esta afirmação, dá uma

dimensão de como o estudo do esporte nos leva a compreender porque ele é um fenômeno sociocultural, um produto das inter-relações de grupamentos humanos e das características do meio natural em que estas ocorreram, uma construção cultural em que está contida muita informação dos mais diversos povos e civilizações. Na pré-história segundo Oliveira (1993) todas as atividades dos seres humanos, eram dependentes do movimento, “do ato físico”, o que demonstra a importância do estado físico corporal para a sobrevivência naquela época, as atividades físicas ocorriam de maneira natural e ocasionalmente a partir das necessidades do homem pré-histórico, este inicialmente era nômade como afirma Tubino (1999), como tal, percorria longas distâncias atrás de moradia e comida, tendo que enfrentar os mais diversos desafios, com isso, provavelmente não desenvolveu suas capacidades físicas por que assim desejava, partindo de uma análise racional e crítica dos perigos que o cercava, desta maneira a prática das atividades e seu desenvolvimento físico ocorreram naturalmente pelas dificuldades de sobrevivência que o meio em que viviam impôs ao homem primitivo, algo que Tubino (1999, pag.14) destaca, “os homens primitivos praticavam exercícios físicos somente para sobrevivência, como saltar, lançar, atacar e defender”, acabando naturalmente por desenvolver o estado físico corporal que permitisse que este pudesse ter mais chances de sobreviver naquele ambiente perigoso em meio à natureza selvagem, esta característica utilitária de luta pela sobrevivência que tinham as atividades físicas na pré-história também é citada por Ramos (1983), em que o homem nesta época só tinha duas preocupações, “atacar e defender-se”.

Mas com o passar do tempo os homens deixaram de ser nômades, e fixaram-se à terra, algo que os tornou mais sedentários, este fato resultou em mudanças em seus comportamentos cotidianos, algo destacado por Oliveira (1993, pag.16):

seu espaço ocioso aumenta, levando ao surgimento de uma concepção esportiva, para atividades que, até então, eram praticadas apenas por razões utilitárias, guerreiras ou ritualísticas. Cada vez mais, os jogos implicavam criar uma ordem moral e social. A sociabilidade inerente às atividades lúdicas levava ao aparecimento de uma hierarquia de valores ético-sociais, e tanto os vencedores como os vencidos deveriam aceitar os resultados com esportividade.

É interessante observar que as atividades pré-esportivas praticadas pelos homens primitivos até se transformarem no esporte dos dias atuais, passaram por processos que incluem na sua estrutura características de diferentes culturas e sociedades. Na pré-história estas assumem natureza utilitária, guerreiras, recreativas, ritualistas e

competitivas. Esta característica competitiva é essencial para o surgimento do esporte, porque assim como define Tubino (1999), para que uma atividade física seja considerada como esporte, ela precisa demonstrar ter um caráter competitivo. As diferentes características que as atividades esportivas vão assumindo, fazem parte de um processo de continua transformação e ressignificação da cultura nas sociedades humanas. Neste contexto do desenvolvimento dos povos, as práticas esportivas tem sua origem, a partir dos comportamentos que os homens assumiram ao deixarem de serem nômades, as atividades físicas praticadas até então com caráter utilitário-guerreiro e ritualístico, neste novo momento assumiam também características de jogos recreativos, competitivos, educativos e higiênicos. Estes jogos tinham grande importância para os povos primitivos, inclusive sendo praticados pelas crianças, de modo que estas repetiam as atividades dos mais velhos, objetivando a preparação para vida adulta (OLIVEIRA, 1993). Assim o jogo é primordial na origem do esporte, fato que é destacado por Tubino (1999, p.12), “para entender a origem do esporte, é fundamental vinculá-lo ao jogo. A história do esporte será invariavelmente a história dos jogos”. Nesta perspectiva o esporte nasce na cultura humana através dos jogos, inicialmente se desenvolveu a partir dos comportamentos sedentários do homem, e passam a ter grande importância na cultura dos povos antigos, estes praticavam jogos pré-esportivos, como salto em altura simbolizado o crescimento das árvores, a corrida de velocidade, representando a vitalidade juvenil, e principalmente os jogos com a bola, em que o campo de jogo representava o céu e bola os movimentos estelares (OLIVEIRA, 1993). Desta maneira as primeiras características do que hoje chamamos de esporte, surge na pré-história através dos jogos competitivos, que continuam a adquirir novas características e significados no decorrer da história.

2.3 Histórico

Na antiguidade os homens já tinham constituído algumas civilizações ao redor do globo terrestre, com conteúdo cultural rico e diverso, entre estes o esportivo, neste contexto Oliveira (1993) destaca que no oriente a religião era a base para o desenvolvimento das atividades físicas, com finalidades guerreiras, terapêuticas, educacionais e esportivas. Neste cenário os chineses foram um dos primeiros povos em que as práticas esportivas se desenvolveram. Praticavam modalidades como há esgrima, luta, natação, hipismo e um uma atividade esportiva que os ocidentais chamariam de

futebol (tsu-chu), esta assumia um caráter ético-pedagógico, estas práticas esportivas estão datadas desde o século III a.C., mostrando que o esporte é uma das atividades físicas humanas mais antigas. Os chineses são um dos primeiros a desenvolver o esporte, mas sem dúvida a maior expressão esportiva vem do Mundo Ocidental, na Grécia, segundo Tubino (1999, pag.15) “Os Jogos Gregos são um marco da história esportiva, pois representam a concepção inicial do esporte”. A disputa destes jogos era pra homenagear chefes das cidades-estados, fazendo parte de rituais religiosos e funerais, tornando-se a mais expressiva e importante manifestação do esporte na antiguidade (TUBINO, 1999).

O conteúdo esportivo que a sociedade grega desenvolveu é tão marcante na história do esporte, que até os dias atuais pode ser contemplado como uma das maiores manifestações esportivas do mundo contemporâneo, os Jogos Olímpicos de Verão, festa esportiva que acontece de quatro em quatro anos atualmente, e reuni os principais atletas do esporte de alto rendimento do mundo inteiro. Neste contexto da Grécia antiga o esporte assumia posição importante na sociedade grega, o modo como este se desenvolveu e era praticado revela muito dos momentos históricos da civilização Grega e das características de dois povos icônicos na cultura grega, os atenienses e os espartanos.

Inicialmente as práticas esportivas na Grécia tinham caráter guerreiro, por causa do momento histórico ao qual a sociedade grega passava, era o período Homérico (1200/800 a.C.), época em que surgiram os Jogos gregos, entre eles os Olímpicos, praticados pelos chamados atletas-heróis, que realizavam as provas, como a corrida de carros, luta, combate armado, arco e flecha, arremesso de lança , de bola de ferro, corrida a pé e pugilato demonstrando as diversas modalidades dos jogos, assim estes homens ganhavam com os feitos heroicos grande destaque na sociedade grega. A educação valorizava o cavalheirismo (aretê) e sempre a busca por ser o melhor (agonística), postura que caracterizou o povo grego. Depois do período homérico, veio o chamado Histórico (800/500 a.C.), caracterizado pelas cidades-estados, dais quais as de maiores destaque Atenas e Esparta, com posições ideológicas diferentes (OLIVEIRA, 1993).

As atividades físicas esportivas em Atenas e Esparta assumiam grande importância na cultura dos dois povos, com destaque a formação do homem grego, embora estas atividades representassem sentidos totalmente diferentes em ambas as cidades (BARBIERI, 2001). Esta diferença no sentido dado as práticas esportivas nas

duas cidades, tem a ver com a história dos dois povos, de acordo com Ramos (1983) entre o povo helênico que se situou no território grego a partir do século XIV a.C, duas foram as mais importantes vertentes, os Jônios e os Dórios, localizando-se em Atenas e Esparta respectivamente, as características destes dois povos determinou quais sentidos as práticas esportivas teriam nas duas cidades, enquanto os Jônios se destacavam pela imaginação e gênio artístico, os Dórios tinham costumes guerreiros, assim, o esporte em Esparta fazia parte da formação do cidadão guerreiro, fato que segundo Oliveira (1993) era um prolongamento da educação guerreira do período homérico, dos atletas-heróis, e de um pouco de desprezo pela cultura. Assim Esparta foi o estado do Dever, com foco principal no interesse coletivo, as atividades esportivas visavam à preparação militar, a disciplina cívica e a preparação do corpo física e mentalmente (RAMOS, 1983).

Enquanto Atenas foi o estado do Direito, o esporte era entendido como parte da formação do homem em sua totalidade, e não só para a preparação militar, exemplo seguido por todo resto da Grécia, o esporte tinha lugar de destaque e características educacionais, fisiológicas, terapêutica, estética e moral, objetivando a formação integral do cidadão (RAMOS, 1983). O terceiro momento da história da Grécia antiga é o Humanista (500/338 a.C.), surgem os grandes filósofos e conseqüentemente nasce a Pedagogia e o seu entendimento racional sistematizado, assim a educação física e o esporte passam a não ter o mesmo peso de outrora. O esporte desenvolvido na Grécia antiga era fundamentalmente baseado no atletismo (correr, saltar e lançar), e os gregos o praticavam em estado de nudez, mas com os devidos cuidados fisiológicos, a educação grega era caracterizada pela comunhão do corpo e do espírito, algo que fazia dela a mais humanista (OLIVEIRA, 1993).

Mas segundo Barbieri (2001) esta concepção dada ao esporte na Grécia, de formação do homem guerreiro e do homem em sua totalidade, mudou quando esta foi trocada pela educação esportiva, que levou ao profissionalismo, a transformação dos cidadãos em atletas, competições por dinheiro, o que resultou no esporte em espetáculo, na corrupção e suborno de atletas e juizes. Esta realidade a qual se transformou o esporte na Grécia também e destacada por Oliveira (1993), em que relata a decadência do povo grego no final do século V, em que foram dominados por macedônios e Romanos, período que ficou conhecido como helenístico, em que a valorização da educação intelectual levou ao desinteresse do físico e do estético, e que o declínio do povo grego atingiu todos os setores culturais, os atletas começaram a se especializar,

indo na direção contrária aos objetivos educacionais e estéticos que nortearam a cultura esportiva na civilização grega através dos séculos, consequentemente as práticas esportivas vão deixando de lado o caráter formativo, educacional e humanista que caracterizou a sociedade grega.

Outra grande e importante civilização na história da humanidade em que o esporte teve destaque foi a Romana, esta segundo Oliveira (1993) foi à herdeira direta da civilização grega, agregando costumes, e muitos aspectos culturais do povo grego, assumindo assim características do esporte praticado na Grécia, mas impondo no conteúdo esportivo muitos dos traços que definiam a sociedade e povo romano.

Ramos (1983) destaca que o desenvolvimento de Roma, aconteceu em um lugar onde já havia dois grandes povos, ao Norte os Etruscos e ao Sul os Gregos. Este fato faz com que a sociedade romana tenha absorvido muito da cultura destes dois povos, tendo como principal influência a cultura grega, mas é importante destacar que dos Etruscos o povo romano recebeu características muito importantes, tanto no campo esportivo quanto no artístico (OLIVEIRA, 1993).

O esporte praticado em Roma se caracterizou de diferentes maneiras a depender do período histórico pelo qual a sociedade romana se encontrava, num primeiro momento, na monarquia, as práticas esportivas de influências dos Etruscos, se apresentou com características utilitárias militares, em que o importante era a defesa de Roma, depois, nos tempos das grandes conquistas, estas características permaneceram e se acentuaram, mas as práticas esportivas também assumiam caráter higiênico por influência da cultura grega, e por fim, o esporte se transforma em espetáculos circenses sanguinários, como a luta de gladiadores, corrida de carros puxados por cavalos e salto sobre o touro (RAMOS, 1983).

O esporte em Roma assumiu diferentes sentidos durante a história deste povo, entre eles, militares, higiênicos, e espetáculos circenses sanguinários. Muitos foram os esportes praticados em Roma, como a luta, corrida de carros, salto no touro, equitação, corridas de velocidade e resistência, natação, pugilato, arco e flecha e esgrima, e muitos outros (OLIVEIRA, 1993).

O esporte como destaca Tubino (1999, pag.13) “é um fenômeno profundamente humano, de visível relevância social na história da humanidade e intimamente ligado ao processo cultural de cada época”. Neste contexto, o esporte na pré-história e antiguidade pode ser visto por diferentes perspectivas a depender das características da época e do povo que o praticava, assumindo assim diferentes sentidos. Desde os primeiros

grupamentos humanos as práticas esportivas estavam presentes na vida do homem, primeiro essencialmente com caráter utilitário e guerreiro, em que o homem daquela época praticava atividades físicas, como destaca Ramos (1983), fundamentalmente como algo natural, espontâneo, era uma atividade cotidiana em meio à natureza selvagem, servindo como forma de se locomover no ambiente ao seu redor, caçar seu alimento e se defender de possíveis perigos, com o passar dos anos e com a mudança de características nômades, para o sedentarismo, o homem pré-histórico foi dando novas significações e características às atividades físicas, dentre elas, os jogos recreativos e competitivos, algo que semeou os caminhos para o desenvolvimento do esporte nas sociedades futuras.

Na antiguidade, grandes civilizações surgiram, na parte Oriental, os chineses foram os primeiros a se destacar no campo esportivo, eles talvez tenham a mais antiga história do esporte, estes praticavam modalidades como há esgrima, luta, natação, hipismo e um uma atividade esportiva que os ocidentais chamariam de futebol (tsu-chu) que assumia um caráter ético-pedagógico. Na parte Ocidental, as civilizações Grega e Romana se destacavam, os gregos davam ao esporte sentido de formação do homem grego, Militar em Esparta, e do homem em sua totalidade em Atenas e outras partes da Grécia. Já a civilização Roma, incorporou na sua cultura muito das características do esporte praticado pelo povo grego, mas diferente do caráter de formação dado pelos gregos, os romanos se notabilizaram mesmo foi por características higiênicas, espetáculos circenses sangrentos e principalmente características militares empregadas ao esporte, dado a concepção expansionista dos romanos, algo primordial da cultura deste povo (OLIVEIRA, 1993). Desta maneira, a história destes povos demonstra o quanto importante eram as práticas esportivas para estas civilizações do mundo antigo. Com a evolução humana e surgimentos de outras grandes civilizações, com diferentes características, as práticas esportivas continuaram assumindo papel importante e com diferentes significados nas sociedades futuras.

A idade média tem seu início quando o imperador romano Teodósio I dividiu o Império Romano, no ano 395, ou quando o lado ocidental do mesmo caiu em 476 (OLIVEIRA, 1993). Nesta época o significado dado ao esporte pode ser entendido a partir do protagonismo da igreja católica e do sistema Político-social- econômico daquele momento, o feudalismo. No sistema feudal, governava quem tinha vastas porções de terras para os camponeses trabalharem, os feudos, trabalho este de caráter escravocrata, a produção toda era pra sustentar as classes dominantes (clero e nobreza).

Neste contexto, as práticas esportivas, que eram principalmente as justas e torneios, serviam de preparação militar, visavam à preparação de cavaleiros para a proteção dos donos de terras, e principalmente como destaca Barbieri (2001), serviam de preparação para as devastadoras cruzadas, comandadas pela Igreja Católica Romana, nos séculos XI, XII e XIII, assim o esporte desta época estava voltado principalmente para ajudar a dá sustentação ao poder das classes dominantes. Mas além das justas e torneios, outras práticas esportivas merecem destaque, se valorizava as práticas esportivas coletivas, os ingleses criaram o soule, uma prática esportiva violenta que era jogado com as mãos e os pés, e deu origem ao futebol e o rúgbi, já os italianos desenvolveram algo parecido o Calcio, que era praticado com um bastão, outras modalidades que faziam muito sucesso era a palma ou frontão, antecessor do tênis, e a luta (OLIVEIRA, 1993). Apesar de muitas práticas esportivas desta época assumir uma conotação violenta e de preparação pra guerra, principalmente as justas e torneios praticados pelos cavaleiros, Ramos (1983, pag. 23) destaca que “A cavalaria traduzia ideal novo e vida nova. O cavaleiro cultivava a verdade, a lealdade, a justiça, a cortesia, a generosidade, a proteção dos fracos e das mulheres”. O que denotava uma ética esportiva e social em meio a tanta violência, em que a postura do cavaleiro era de total respeito, tanto ao seu oponente, quanto a membros da sociedade que se encontrava em situações de incapacidade física ou “fragilidade” por causa do gênero, uma educação cavalheiresca (BARBIERI, 2001).

Deste modo às práticas esportivas sempre desempenharam papel importante na vida do homem e seus povos, e este agrega ao esporte muito das características de sua cultura, como destaca Tubino (1999), os diferentes significados e características do esporte ao longo dos séculos, é reflexo dos processos de constantes mudanças que as sociedades humanas sofrem ao longo do tempo, por esta razão, estudar o esporte, é também estudar características das mais diversas sociedades e suas fases históricas, e no caso da idade média as práticas esportivas também como em outras épocas continuavam sendo usadas principalmente como preparação militar e sustentação do poder pelas classes dominantes.

O início da idade moderna acontece com a conquista de Constantinopla pelos turcos, 1453 (RAMOS, 1983). Neste novo momento histórico, as características da sociedade medieval estão em declínio, conseqüentemente vão mudar os significados empregados ao esporte, nesta nova sociedade a intelectualidade ganha força, diferente da época medieval em que era reprimida, neste contexto nasce segundo Ramos (1983, p.24) “o Humanismo, que reconcilia a educação intelectual, moral e física”, desta forma

a cultura está voltada para o homem crítico e livre, que pode renascer e se exprimir novamente, assim como nas ideias clássicas da Grécia antiga. Isto possibilitou Segundo Oliveira (1993), do ponto de vista cultural, a intelectualidade da época, iniciar o movimento que ficou conhecido como renascimento, em que as características da sociedade feudal foram deixadas de lado, para que as concepções de mundo e de como era entendido o homem mudassem drasticamente, o que fez com que houvesse um resgate dos significados do corpo e suas expressões culturais e humanas, entre elas uma ressignificação das práticas esportivas e da parte física e estética, que nesta perspectiva passou a ser vista como preocupação também no campo educacional.

Mas a educação da época ainda era somente pras às elites, entres os esportes, era praticada a corrida, a luta, a equitação, o jogo da pelota. Assim o esporte na idade moderna assume características de ideal para uma educação cortesã, vários foram os pensadores que influenciaram para que os jogos e esportes fossem incluídos na escola, como Da Vinci, Montaigne e Francis Bacon, nomes que ajudaram a preparar o caminho a partir século XVIII para a educação física na escola, além de outros importantes pensadores pós-renascimento que deram sua importante contribuição ao campo educacional e esportivo, como John Locke e Jean Jacques Rousseau (OLIVEIRA, 1993). A idade moderna de acordo com estes fatos representava o ressurgimento à valorização do homem como ser social, em seus diferentes aspectos, o antropocentrismo é valorizado em relação ao teocentrismo da época medieval. Nesta perspectiva o esporte era entendido como parte importante no processo educacional, mesmo que esta educação não atingisse todas as camadas sociais, entretanto esta valorização das práticas esportivas no campo educacional por parte de grandes pensadores na idade moderna foi importante para a consolidação da educação física escolar e para que seus conteúdos pedagógicos, entre eles o esportivo, fossem entendidos como importantes para as sociedades nos séculos seguintes.

Na idade contemporânea o esporte apresenta dois momentos distintos, primeiro o surgimento do esporte moderno no século XIX, depois o esporte contemporâneo no final da década de 80 do século passado (TUBINO, 2010). Pra compreendermos os sentidos que as práticas esportivas assumiram neste momento histórico, é fundamental que se exponha algumas características desta nova sociedade. O esporte não é uma atividade corporal isolada dos demais acontecimentos sociais, este influencia e principalmente sofre influência dos fatos ocorridos no meio social, à cultura humana é dinâmica, e as práticas esportivas fazem parte deste contexto, assim como destaca

Daolio (2004, p.2), “todas as manifestações corporais humanas são geradas na dinâmica cultural, desde os primórdios da evolução até hoje, expressando-se diversificadamente e com significados próprios”. Desta maneira, é importante entender que os significados que o esporte assume, também é resultado deste processo dinâmico social. A idade contemporânea vai assumir características diferentes da idade moderna, dois fatos são bem representativos desta nova realidade, e vão nortear as bases políticas, sociais e econômicas daquela época, a revolução industrial e a revolução francesa (SOARES, 1994).

A estrutura social que surge após estas duas revoluções, apresenta ao homem um novo desafio, o processo econômico de produção muda, as máquinas surgem, a elite política também sofre mudanças, sendo encabeçado agora pela classe burguesa, o homem passa a ter que se acostumar com longas horas de trabalho, o que causou problemas posturais, estes que também acometiam os mais jovens, ao terem que se adequar a uma educação rígida, com pouca mobilidade e com demoradas horas dedicada ao estudo (OLIVEIRA, 1993). Neste contexto os exercícios físicos, entre eles os esportivos assumiam diferentes sentidos, se destacando a aplicação de modelos de esportes e modelos ginásticos. No campo ginástico, o modelo alemão, primeiro assumiu caráter pedagógico, depois conteúdo patriótico-social, por causa da guerra contra a França. O modelo nórdico seguiu os alemães dando sentido pedagógico ao conteúdo ginástico, com destaque para o aplicado na Suécia. O modelo francês era de caráter militar, e mais tarde veio a ser o modelo que mais influenciaria no início da educação física no Brasil. Diferentes dos modelos destes países, o modelo de exercícios físicos inglês era o único que não se baseava na ginástica, aparecendo agora o conteúdo esportivo, que era de caráter educativo, e foi incorporado a todas as escolas na Inglaterra, atingindo tal sucesso que ultrapassou os muros da escola e se espalhou pra outras partes do mundo.

Desta maneira o esporte moderno na idade contemporânea, assumiu primeiro sentido educativo, este segundo Barbieri (2001) foi concebido pelo inglês Thomas Arnold após 1820 com principal influência do darwinismo. A ideia de esporte de Arnold compreendia características que as práticas esportivas vêm apresentando em determinadas sociedades ao longo da história, é um jogo, uma competição e uma formação. Mas o sentido de formação dado por Arnold para o esporte é diferente do dado pelos gregos na antiguidade, na Grécia antiga o esporte assumia caráter de formação do homem guerreiro em Esparta, e do homem em sua totalidade em Atenas,

que inclusive era o modelo seguido pelas outras cidades-estados da Grécia antiga, Tomas Arnold entendia que as práticas esportivas auxiliavam o homem na busca da moralidade, característica moral essa que segundo Soares (1994) fazia parte do discurso da burguesia em relação ao homem proletariado após a dupla revolução que moldou a realidade social na idade contemporânea, demonstrando assim que o esporte poderia ser usado como em outros momentos, para atender interesses das classes dominantes na sociedade. Arnold incorpora no século XIX as atividades físicas praticadas pela classe burguesa e aristocrática da Inglaterra, ao processo educativo, dando a oportunidade aos seus alunos, que desenvolvessem novas regras e códigos aos jogos, que entre outras características, objetivasse o respeito aos adversários e árbitros, em clima de fair-play, permitindo aos alunos dar novos sentidos as práticas esportivas. Este modelo de jogo e esporte desenvolvido dentro do aspecto educacional por Arnold e seus alunos, se difundiu e popularizou-se em toda a sociedade inglesa, isto fez com que surgissem os clubes e federações, o chamado associacionismo, para coordenar a disputa dos jogos (TUBINO, 1999).

Mas com o passar dos anos o esporte moderno foi assumindo novas características e se transformando a depender dos acontecimentos que impactaram a sociedade. Nesta concepção moderna foi utilizado pelo francês Piérre de Coubertin no final do século XIX, como alternativa para apaziguar os conflitos internacionais entre as nações, este restaurou os Jogos Olímpicos em 1892, objetivando a pacificação e confraternização da convivência entre os povos. Entretanto, no decorrer dos anos, o esporte vai deixando de ser usado nesta perspectiva educacional e pacificadora, e passa a apresentar contornos excessivos na direção do alto rendimento atlético, algo que surge depois da II Guerra Mundial. Antes da guerra, Hitler e Mussolini, que eram os líderes da Alemanha e Itália, respectivamente, utilizaram o esporte como meio de formação dos jovens nazistas e fascistas, o líder nazista inclusive usou o esporte com intenções políticas, objetivando demonstrar nos jogos olímpicos de 1936 que ocorreu na Alemanha, a supremacia da raça ariana e de sua ideologia política, algo que fracassou durante os jogos, já que atletas estrangeiros superaram, e se destacaram mais que os nazistas. Com o fim da Guerra, as práticas esportivas no século XX também serviram como palco para disputas ideológicas entre duas grandes nações, Estados Unidos da América e União Soviética em 1950, e representava a disputa, capitalismo x comunismo. Esta disputa ideológica entre estas duas nações, influenciou outros países a fazer o mesmo, o que ocasionou em disputas esportivas cada vez mais competitivas,

objetivando a vitória a todo custo, e supervalorizando o alto rendimento atlético, o que fez com que o ideal de esporte educativo baseado no fair-play idealizado por Thomas Arnold e utilizado por Piérre de Coubertin como instrumento de paz, se deturpasse ao longo do tempo, assumindo outras características e objetivos (TUBINO, 1999).

Estes fatos demonstram a importância que o esporte moderno assumiu na sociedade contemporânea, alcançando muita popularidade e sendo usada pra diversos objetivos, ficando evidente a influência dos acontecimentos sociais nas características presentes no esporte, na sua perspectiva moderna, este assumiu caráter pedagógico, de rendimento, político e ideológico, mostrando assim sua natureza mutável que faz parte dos processos dinâmicos das sociedades.

Inserido neste contexto de constantes mudanças, o Esporte Contemporâneo resulta das interpretações e ações do esporte moderno na sociedade. Na sua perspectiva contemporânea o esporte tem origem de acordo com Tubino (1999), no final da década de 80 do século passado, e surge baseado a partir de vários movimentos internacionais, entre eles, a Intelectualidade internacional, organismos internacionais ligados ao esporte, e um movimento de origem Norueguesa, o Trimm, que foi muito importante na popularização do esporte e na possibilidade de pessoas menos hábeis o pudessem pratica-lo, este que depois foi chamado de Esporte para Todos, estes movimentos buscavam mudar a compreensão da comunidade internacional de que o esporte era muito mais amplo que somente à perspectiva do rendimento, esta visão parcial perdurou por muito tempo como a principal imagem do esporte, o que deturpou os sentidos originais que as práticas esportivas modernas assumiram no final do século XIX, desenvolvidos pelo inglês Thomas Arnold, com objetivo pedagógico dado aos jogos esportivos, que eram praticados no clima do fair-play, respeitando adversários e árbitros, e que foi difundido em todas as escolas da Inglaterra, modelo de esporte a qual o humanista francês Piérre de Coubertin utilizou nos Jogos olímpicos depois de restaura-los em 1892. Desta maneira, estes movimentos produziram ações que pressionaram a sociedade a ampliar o entendimento acerca do esporte.

Mas esta visão parcial dos sentidos do esporte mudou mesmo, foi com a publicação da Carta Internacional de Educação Física e Esporte, por parte da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1978, documento este que garantia que a atividade física e a prática esportiva é um direito de todos, assim como a educação e a saúde. Deste modo segundo Tubino (1999, p.26) “o esporte, como direito de todos, pode ser entendido atualmente pela abrangência das suas

três manifestações: o esporte-educação, o esporte-participação e o esporte-performance”, são as manifestações sociais do esporte. Este novo conceito amplia o entendimento sobre as práticas esportivas, o esporte-performance tem sentido de alto rendimento atlético, valorização exacerbada da competição, e vitória a todo custo, o esporte-participação tem sentido de lazer, ludicidade, descompromisso com regras institucionalizadas, e o esporte-educação tem sentido pedagógico, conteúdo socioeducativo, baseado em princípios educacionais, como participação, cooperação, coeducação, inclusão e responsabilidade (TUBINO, 2010). Esta ampliação dos sentidos e significados dados ao esporte na sociedade foi conseguida, a partir da pressão de intelectuais e movimentos internacionais, demonstrando que o esporte é um fenômeno sociocultural mutável, de acordo com os objetivos e anseios sociais. Nesta perspectiva o esporte contemporâneo assim como suas manifestações anteriores, pode ser visto como reflexo das características da sociedade, porque o esporte é produzido através da cultura, então neste sentido, já que é uma construção cultural humana, sempre esteve embutido nele as características e valores dos povos que o praticam (DAOLIO, 2004).

Desta maneira este assume na sociedade atual, características de esporte socioeducativo, esporte de alto rendimento e esporte participativo lúdico e popular. Na sua perspectiva socioeducativa, segundo Tubino (2010), este se divide em esporte educacional e esporte escolar, objetivando a formação cidadã. O esporte educacional está fundamentado em princípios de inclusão, participação, cooperação, coeducação, e corresponsabilidade, enquanto que o esporte escolar, tem princípios de desenvolvimento esportivo, desenvolvimento do espírito esportivo, que embora exista a competição, está não é a finalidade, e sim a formação cidadã. Estas características do esporte-educação são primordiais para que o esporte possa ser parte do conteúdo da educação física trabalhado na escola, e para contribuir pra uma educação inclusiva e integral dos alunos.

Este passeio pelo histórico do esporte, permitiu que pudéssemos compreender um pouco mais sobre este fenômeno sociocultural tão presentes nas nossas vidas. As divisões do esporte em relação à divisão cronológica da história humana são: Antiguidade, Idade média e Idade Moderna, correspondem ao esporte antigo, Idade contemporânea, corresponde ao surgimento do esporte Moderno depois de 1820 pelo Inglês Tomas Arnold, e do esporte contemporâneo no final dos anos 80 do século passado, com destaque a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, que destaca que este é entendido como um direito de todos (TUBINO, 2010).

5 ESPORTE E EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

A proposta de um sistema de ensino inclusivo surgiu a partir de movimentos e documentos internacionais como a Declaração de Salamanca, que vieram a influenciar as políticas educacionais nacionais, que entre outros objetivos, busca a inclusão dos alunos da educação especial no sistema regular de ensino, adequando à escola para recebê-los e não o contrário (BRASIL, 2008). Dentro deste contexto é importante abordar a realidade histórica da educação física no Brasil, que é desenvolvida por um longo período na perspectiva da exclusão, tendo o esporte como um dos atores principais desse cenário (SOLER, 2009).

No início da educação física no Brasil em 1810, a ginástica Alemã foi introduzida na Academia Real Militar, alicerçada nas classes militares e médicas, foi incluída nas escolas brasileiras como atividade obrigatória em 1851, através da Reforma Couto Ferraz, e foi caracterizada entre outros pontos, pela higienização, eugenia da raça, para adequar à população a uma nova realidade, uma sociedade capitalista, objetivando homens fortes, sadios, destemidos na defesa da pátria e desenvolvimento da nação, baseada em princípios anátomo-fisiológicos, o que fez com que esta fosse desenvolvida essencialmente de forma prática, negligenciando a parte histórica e cultural do homem, transformando as aulas em um ambiente de exclusão pelo seu caráter seletivo e busca pela eficiência técnica. Estes fatos entre outros, acabam caracterizando-o esta educação física como excludente, alicerçada a partir de uma elite com objetivos capitalistas, que buscava a transformação do contexto político, social e econômico do país (SOARES, 2017).

A educação física já inicia na escola em um ambiente de exclusão, os próprios pais não a aceitaram, já que esta remetia ao trabalho físico e associado ao trabalho escravo, as mulheres eram proibidas de participarem das aulas, e permaneciam no pátio esperando a aula acabar, já com os homens a resistência foi menor já que a ginástica lembrava instituições militares (SOLER, 2009).

De 1851 até a década de 50 do século XX, os métodos ginásticos europeus Alemão, Sueco e o mais influente, o Francês, dominaram as aulas de educação física, mas em 1950 o professor Alfredo Colombo, que era o diretor da divisão de Educação Física do Ministério da Educação, desobrigou o uso do método Francês, abrindo caminho pra outros conteúdos, o Esporte de rendimento surge então como o conteúdo

e modelo que seria preponderante nas aulas de Educação Física nas décadas seguintes (OLIVEIRA, 1993).

Após a Segunda Guerra Mundial é introduzido no Brasil por Augusto Listelo o Método da Educação Física Desportiva Generalizada, o Esporte assume protagonismo nas aulas de educação física, principalmente na perspectiva do rendimento esportivo, da competição e vitória a qualquer custo, caracterizando-se como esporte na escola e não o esporte da escola (SOARES; TAFFAREL; VARJAL et al., 1992).

Nas décadas de 60 e 70 do século passado esse protagonismo fica evidente não só na escola como na sociedade como um todo, o esporte passa a ser visto como caminho para ascensão social, a escola passa a ser utilizada como instituição esportiva para revelar talentos para representar o país nas competições internacionais, êxitos esportivos passam a ser usados politicamente para promover políticas do regime militar, e as aulas de educação física passam a privilegiar o treinamento desportivo. Tudo isso possibilitou uma postergação do ambiente de exclusão nas aulas de educação física, algo que ocorreu desde o início da educação física no Brasil, todos que não se encaixassem nos modelos propostos, principalmente o esportivo competitivo, eram excluídos, algo que impossibilitava a participação de todos os alunos nas aulas de educação física (SOLER, 2009). Em paralelo a este contexto, de acordo com a legislação vigente, como a LDBEN de 1971, os alunos da educação especial permaneciam segregados em instituições especiais e afastados do convívio com os alunos do ensino regular, o que caracterizava ainda mais um ambiente de exclusão nos sistemas educacionais de ensino (BRASIL, 2008).

Esta abordagem e conceito único do esporte na perspectiva do rendimento fez surgir movimentos internacionais que objetivavam ampliar o conceito do esporte e democratizar a sua prática, assim surgem movimentos como:

O Trimm na Noruega, que depois ficou conhecido como Esporte para Todos, que popularizou o esporte e possibilitou que pessoas sem grandes habilidades pudessem praticá-lo; O Manifesto do Desporto, que em 1964 foi assinado pelo intelectual Philip Noel-Baker, ganhador do Nobel da Paz em 1959, este Manifesto reconheceu que o esporte apresentava outras manifestações além da perspectiva do rendimento, o documento reconhecia a existência de um esporte escolar e de um esporte do homem comum, que apresentava conteúdos diferentes (TUBINO, 1999).

Na década de 70, mais precisamente em 1978 a UNESCO adota a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, este documento muda realmente o

entendimento sobre o esporte, que até então era entendido só pela lógica do rendimento, o esporte passa a ter outras abrangências sociais, ficou entendido que todos têm direito à prática de esporte, nesta nova perspectiva o direito a pratica do esporte passou a ser exercida nas manifestações, Esporte-Educação, Esporte-Lazer e Esporte de Desempenho (TUBINO, 2010).

A proposta da educação inclusiva passou a ser desenvolvida a partir dos anos 90 do século XX, e implementada no século XXI. Em 2003 o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, objetivando transformar os sistemas educacionais de ensino em sistemas educacionais inclusivos (BRASIL, 2008). No que se refere a ações em direção a uma educação inclusiva no campo da Educação física escolar e o esporte, em 1987 é criado nos cursos de graduação por meio da resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, a Educação Física Adaptada, que foi proposto para que os professores de educação física pudessem ter formação para atuar com os alunos da educação especial (BRASIL, 1987).

Já no esporte, acontece a ampliação do seu conceito, e o reconhecimento de suas outras manifestações, em destaque neste caso o Esporte-Educação, manifestação do Esporte que possibilita que este possa ser entendido e trabalhado como conteúdo pedagógico socioeducativo e inclusivo de acordo com seus princípios, este assume características antagônicas a perspectiva do rendimento esportivo que tanto influenciou e influência as aulas de Educação Física (DARIDO, 2007).

Assim Tubino (2010) define que levando em conta que todos têm direito ao Esporte, o Esporte-Educação é dividido em Esporte Educacional e Esporte Escolar. O Esporte Educacional é caracterizado por ações educativas como (respeitar as regras, aprender ganhar e perder, recuperar-se após as derrotas, perceber o sentido de equipe etc..) e princípios socioeducativos (inclusão, participação, cooperação, corresponsabilidade, coeducação e outros). Já o Esporte Escolar se caracteriza por aceitar a vocação esportiva, o talento, sendo desenvolvido em competições externas intercolégiais, nos quais se destaca o Princípio do Desenvolvimento Esportivo e o Princípio do Desenvolvimento do Espirito Esportivo, o sentido maior do Esporte-Educação é o da formação e a cidadania como principal referência.

Este novo conceito de Esporte a partir da Carta Internacional da Educação Física e Esporte e o fim da Ditadura Militar no Brasil que enfatizava o Esporte de rendimento, vão ser fundamentais na construção de uma ressignificação do Esporte abordado nos sistemas educacionais de ensino, assim na década de 80 movimentos são realizados na

direção de um Esporte Educacional, Barbieri (2001) destaca que em 1985 a Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro indicava que o Esporte Educacional tem por finalidade, o “desenvolvimento integral e a formação da cidadania”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 determina a promoção do Esporte Educacional como uma de suas diretrizes, e a promoção e implantação do Programa Esporte Educacional, que tem como objetivos “garantir a prática do esporte, prioritariamente às crianças e adolescentes, como um instrumento do processo de desenvolvimento integral e formação da cidadania”, algo que deixa claro que este esporte tem sentido bem diferente do esporte de rendimento (BRASIL, 1996). Dando mais ênfase ainda nessa diferenciação do esporte educacional, do esporte de rendimento, em 24 de março de 1998 é sancionada a Lei Nº 9.615, no seu Art. 3ª, destaca que o desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (BRASIL, 1998).

A grande experiência de desenvolvimento desta proposta de esporte, foi a realização dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) de 1989, já que este foi abordado a partir dos princípios do Esporte Educacional, tais como: participação; cooperação; co-educação e inclusão. Pensando na perspectiva da inclusão, o JEBs de 89 possibilitou a inclusão de alunos com deficiência nas provas de atletismo como caráter obrigatório nas delegações participantes, houve mudanças nas regras oficiais dos esportes como: no Basquete, Vôlei, Handebol, Natação e outras, algo que permitiu a participação de todos os alunos que faziam parte das equipes (BARBIERI, 2001). Estas e outras ações demonstram como o Esporte Educacional se distânciava da seletividade e exacerbação da competitividade do Esporte de rendimento, algo que possibilita inserção do esporte na escola como conteúdo socioeducativo, podendo ser trabalhado na perspectiva da inclusão.

Em 1998 o Ministério da Educação (MEC) apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e especifica que à Educação Física é recomendado:

Dar oportunidade a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando o seu aprimoramento como seres humanos. (...) O princípio da inclusão do aluno é o eixo fundamental que norteia a concepção e a ação pedagógica da Educação Física Escolar. (...) aponta para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, a

cooperação, a participação social e a afirmação de valores e princípios democráticos. (BRASIL,1998, p.30)

Neste contexto, o esporte educacional como conteúdo da Educação Física Escolar de acordo com suas características poderá ser desenvolvido nesta perspectiva determinada pelos PCNS. Seguindo nesta perspectiva do esporte educacional como conteúdo a ser trabalhado na escola, Tubino (2010, p.97) destaca que:

O Esporte Educacional, principalmente, poderá ser desenvolvido por meio de Jogos Cooperativos, em que a Sociomotricidade defendida pelo francês Pierre de Parlebas, apoia-se no princípio da cooperação, em que as comunicações motrizes entre adversários não são de oposição, e sim cooperativas.

Jogar de maneira Cooperativa é uma grande oportunidade de desenvolver o esporte na perspectiva da inclusão já que possibilita compreender que podemos modificar as regras e o jogo para atingir a este objetivo, além do que sua característica principal é a cooperação, algo que favorece o desenvolvimento da empatia, atitudes positivas em relação ao outro e melhora nos relacionamentos sociais, o Esporte quando praticado e pautado na cooperação, possibilita a inclusão e participação de todos (BROTTO, 2013).

Através do Esporte-educação, principalmente nos princípios socioeducativos do Esporte educacional, o Esporte poderá ser desenvolvido na escola na perspectiva da inclusão, já que este possui características que são compatíveis com a proposta da educação inclusiva, em que todos podem e devem participar das aulas de educação física.

Em relação à Educação Física Adaptada, Soler (2009, p.171) defende que um Esporte inclusivo poderá ser criado quando se “Adaptar espaços; Adaptar regras e estruturas dos jogos; capacitar professores a respeito das abordagens e técnicas inclusivas; pesquisar sobre o esporte inclusivo”. No campo esportivo, as adaptações de modalidades para que as pessoas com deficiência pudessem praticá-las tem início no começo do século XX, ocorrem adaptações em jogos coletivos, direcionadas primeiro a deficientes auditivos, e em 1920 os deficientes visuais começam a praticar natação e atletismo.

Mas o crescimento e expansão do esporte adaptado ocorre mesmo após a Segunda Guerra Mundial, o médico inglês Ludwing Guttmann cria esportes adaptados para possibilitar que os vários lesionados e mutilados que voltaram da guerra pudessem

se engajar em atividades que facilitassem sua integração na sociedade e auxiliasse na recuperação das deficiências e melhorasse a autoestima destas pessoas. Ao longo dos anos várias modalidades foram criadas para auxiliar na inclusão social destas pessoas, entre elas: Arco e flecha; Atletismo; Automobilismo; Basquetebol; Voleibol; Halterofilismo; Canoagem; Bocha; Equitação; Ciclismo; Futebol; Goalball; Tênis de campo; Tênis de mesa; Judô; Paraquedismo; Esgrima; Rúgbi em cadeiras de rodas, e muitas outras mais. As adaptações presentes, dependem das características de cada modalidade e principalmente do tipo de deficiência dos praticantes, lembrando que algumas modalidades foram adaptadas de esportes tradicionais e outras como o Goalball foram criadas exclusivamente para as pessoas com deficiência, no caso o deficiente visual (SOLER, 2009).

Neste cenário de divulgação e ampliação do esporte adaptado, objetivando que mais pessoa com deficiência pudessem pratica-lo, um grande evento foi criado, Os Jogos Paraolímpicos, que teve seu início em 1960 em Roma. Estes acontecem duas semanas após as Olimpíadas, no mesmo país sede, estes jogos entre outros objetivos segundo Darido (2007, p.337) buscam:

- propiciar a prática de esportes para todas as pessoas, independentemente de limitações físicas;
- Criar um ambiente no qual todos possam se recuperar;
- Aumentar a consciência pública a respeito dos direitos das pessoas com deficiência.

Neste contexto, várias ações foram sendo desenvolvidas ao longo dos anos objetivando a inclusão social das pessoas com deficiência. No campo do esporte, as adaptações e criação de modalidades proporcionou oportunidade para que este público pudesse participar das práticas esportivas, algo que auxiliou e auxilia na melhora da autoestima e recuperação das deficiências.

Retornando ao ambiente da educação física escolar, utilizando-se como referência o Esporte Educacional que apresenta sentido socioeducativo, e fazendo as adaptações necessárias, todos poderão participar das aulas, alunos com deficiência, sem deficiência, os menos hábeis etc. Quando falamos de exclusão nas aulas de educação física, para além dos alunos da educação especial que ficaram segregados por um longo período do sistema regular de ensino, outros alunos sofreram com ambientes de exclusão, por exemplo, as mulheres, e os menos hábeis. Todavia, certamente quando falamos de Educação Inclusiva nos referimos com maior ênfase aos alunos da

Educação especial, que a partir da proposta da educação inclusiva passaram a ser incluídos no sistema regular de ensino, desta maneira é importante abordar ações pedagógicas que facilitem sua inclusão nas aulas de Educação Física, em especial aqui neste estudo ao conteúdo Esporte.

Os alunos que compõe à educação especial e que a partir da educação inclusiva fazem parte também do ensino regular, são: Alunos com deficiência (visual, auditiva, intelectual, física e múltipla), transtornos globais do desenvolvimento/superdotação (BRASIL, 2008). Desta maneira Darido (2007, p.334) cita alguns exemplos de condutas a serem tomadas pelos professores para incluir os alunos nas atividades:

Na presença de alunos deficientes auditivos, o professor deve:

- Posicionar-se de forma que rosto fique visível para o aluno, facilitando a compreensão através da linguagem labial e gestual;
- Remover aparelhos auditivos, quando houver atividades que possam danificá-los;
- Utilizar demonstrações e/ou recursos visuais sempre que possível;
- No caso de surdez decorrente de alterações no aparelho vestibular (responsável pela sensação de equilíbrio/desequilíbrio), estar ciente de que podem ocorrer dificuldades de equilíbrio;
- Encorajar o aluno a seguir as demonstrações dos colegas;
- Utilizar e incentivar o uso da linguagem de sinais por parte de todos os colegas.

Na presença de alunos deficientes visuais ou com baixa acuidade visual, deve:

- Guiar o aluno, se este precisar, oferecendo o cotovelo para que ele se apoie;
- Informar o aluno sobre obstáculos e materiais presentes no espaço e remover aqueles que forem desnecessários;
- Nos casos de baixa acuidade visual, aumentar as dimensões dos objetos e utilizar cores contrastantes;
- Sempre que possível, introduzir matérias sonoras;
- Sempre que se dirigir ao aluno, mencionar seu nome;
- Fornecer informações sobre a atividade com explicações verbais detalhadas;
- Deixar que o aluno perceba como é o movimento pelo tato (o aluno é que deve tocar o profissional).

Na presença de alunos deficientes físicos, deve:

- Sempre informar-se sobre a condição de saúde do aluno participante, obtendo aprovação médica para participação nas atividades, se necessário;
- Estar atento para o fato de que o tempo de execução de movimentos pode ser mais demorado;
- Fazer com que o aluno com deficiência sugira implementos, modificações de regras e adaptações nas atividades;
- Pesquisar habilidades as mais diversas possíveis e orientações sobre elas, para que o aluno, se desejar, possa participar das modalidades esportivas oficiais;
- Propiciar sempre o máximo de autonomia, de modo que o aluno possa dizer: “eu consegui”, “eu consigo fazer sozinho”, “eu posso, vocês duvidam?”

Seguindo neste contexto de condutas a serem tomadas pelo professor em relação aos alunos da educação especial incluídos na rede regular de ensino, Soler (2009, p.44 - 45) aborda a relação do professor com os alunos com deficiência intelectual:

- Agir naturalmente ao dirigir-se a uma pessoa com deficiência intelectual.
- Se for criança, trate como criança; se for adolescente, trate-a como adolescente; se for uma pessoa adulta, trate-a como tal.
- Não as ignore. Cumprimente e se despeça delas normalmente, como faria com qualquer pessoa.
- Não superproteja. Deixe que ela faça ou tente fazer sozinha tudo o que puder. Ajude apenas quando for estritamente necessário.
- Não subestime a sua inteligência. O ritmo delas é mais lento, porém podem adquirir muitas habilidades quando ensinadas (aliás, como qualquer pessoa).
- São muito carinhosas.
- Deficiência intelectual não deve ser confundida com doença mental.

O conhecimento sobre a condição destes alunos e suas especificidades é essencial na inclusão dos mesmos nas práticas pedagógicas da educação física. Em relação ao esporte e seu desenvolvimento nas aulas na perspectiva inclusiva, Darido (2007, p.336 - 337) destaca um exemplo de atividade inclusiva, a vivencia do Cambio e Voleibol sentado:

Divida a turma em duas equipes. Durante um tempo, elas jogam câmbio e, depois, voleibol, com todos os alunos sentados. Durante o jogo, determine que não é permitido ficar de pé ou de joelhos. Os jogadores devem permanecer com os glúteos no chão, utilizando as mãos nos deslocamentos.

Estas atividades são exemplos de que para tornar o esporte acessível a todos os alunos, o professor terá que fazer as adaptações e os ajustes necessários para que as aulas se tornem um ambiente de inclusão e de respeito às diferenças.

O Esporte desde a Carta Internacional de Educação Física e Esporte é entendido como um direito de todos, abrangendo para isso outras manifestações além do Esporte de rendimento, o Esporte-Educação e Esporte-Participação, esta perspectiva também aparece na constituição Federal de 1988 que defende a utilização de recursos públicos na promoção do Esporte Educacional, e no seu art. 217, estabelece como dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não-formais, como direito de cada um (BRASIL, 1988). Assim o Esporte como direito de todos é defendido por movimentos internacionais e Nacionais. Reforçando esta perspectiva, e indagando sobre estratégias

para trabalhar o esporte de maneira inclusiva e educativa, Rosseto Junior et al (2008, p.23) trazem a seguinte reflexão:

Se pensarmos no esporte como um espaço de aprendizagem para todos, respeitando a diversidade entre meninos e meninas, brancos e negros, obesos e magros, altos e baixos, pobres e ricos, habilidosos e não habilidosos, nossa prática pedagógica precisa ser revista. Como garantir o acesso de todos ao esporte e um aprendizado significativo e motivante sem eliminação e exclusão dos alunos com dificuldades? Como ensinar esporte a todas as crianças, levando em conta suas características e particularidades?

Estes são questionamentos válidos, principalmente quando se vive em uma sociedade democrática, que constitucionalmente garante direitos a todos, objetivando uma sociedade menos desigual e mais inclusiva. Desta maneira fica evidente que para o professor conseguir incluir estes alunos nas atividades, precisará estar preparado para esta demanda, assim a qualidade da sua formação para trabalhar com este público será determinante nos resultados das práticas pedagógicas.

O esporte como conteúdo de uma educação física inclusiva, deverá ser abordado de maneira que todos possam participar das aulas, abandonando assim o Esporte de rendimento como modelo a ser seguido, logo o Esporte Educacional de acordo com suas características pode tornar isto possível, através das suas ações educativas (respeitar regras, aprender a ganhar e perder, recupera-se após as derrotas, perceber o sentido de equipe etc.) e principalmente seus princípios socioeducativos (inclusão, participação, cooperação, corresponsabilidade, coeducação e outros) (TUBINO, 2010).

Com Base neste contexto, o Esporte como conteúdo da Educação Física Inclusiva, poderá ser desenvolvido tendo como referência o Esporte-Educação, mais precisamente o Esporte Educacional, já que suas ações educativas e seus princípios socioeducativos condizem com a proposta da educação inclusiva, de garantia da participação de todos os alunos sem distinção, modelo que segundo Tubino (2010), tem como principal objetivo a formação e cidadania e não a competição e o resultado acima de tudo. Além disto, Soler (2009) destaca que conhecimento acerca do público alvo, capacitação profissional técnica acerca das abordagens inclusivas, não ter nenhum tipo de preconceito às diferenças apresentadas, adaptações nos conteúdos, nas atividades e espaços físicos se fazem necessário para transformar assim o esporte em um conteúdo inclusivo, possibilitando que todos possam participar das aulas de Educação Física.

As práticas esportivas na perspectiva inclusiva além de possibilitar que todos os alunos possam participar das aulas de educação física, também de acordo com Soler (2009, p.177) podem trazer diversos benefícios à saúde:

Nos aspectos físicos e motores, o esporte melhora a condição cardiovascular dos praticantes, aprimora a força, a agilidade, a coordenação motora, o equilíbrio e o repertório motor. No aspecto social, o esporte proporciona a oportunidade de sociabilização com pessoas portadoras e não-portadoras de deficiência, torna o indivíduo mais independente para a realização de suas atividades diárias e faz com que a sociedade conheça melhor as potencialidades dessas pessoas especiais. No aspecto psicológico, o esporte melhora a autoconfiança e auto-estima das pessoas portadoras de deficiência, tornando-as pessoas mais otimistas e seguras para alcançarem seus objetivos.

O esporte abordado na perspectiva da inclusão, em que todos podem e devem participar, pode propiciar momentos lúdicos e prazerosos, resultando em boa convivência, benefícios a saúde e aprendizado mútuo entre os alunos com e sem deficiência, respeitando às diferenças, possibilitando que estes alunos se tornem cidadãos conscientes e provavelmente atuantes na busca por uma sociedade menos desigual e inclusiva.

6 METODOLOGIA

6.1 Tipo de estudo

O presente estudo trata de uma pesquisa revisão bibliográfica integrativa e quanto aos objetivos é exploratória com o intuito de levantar dados bibliográficos. Uma revisão sistemática de literatura integrativa. A revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. Quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica integrativa, documental e estudo de caso, desenvolvida a partir de material já elaborado constituída de Livros e artigos científicos (GIL, 2008).

6.2 Procedimentos de Coleta de Dados

Foram feitas buscas na base de dados Google Acadêmico e Scielo, no intervalo de tempo de 2009 a 2019, utilizando-se os seguintes descritores: Educação Física inclusiva, Esporte e Deficiência, Esporte-Educação. Inicialmente foram encontrados 100 artigos e uma dissertação, depois de uma análise do conteúdo, foram selecionados 8 artigos e uma dissertação que melhor se enquadravam na temática do estudo, o esporte como conteúdo da educação física inclusiva. Além disso foram realizadas buscas nas seguintes obras: Manoel Tubino. O que é esporte ; Manoel Tubino. Estudos Brasileiros sobre o Esporte: ênfase no esporte-educação; Reinaldo Soler. Educação Física Inclusiva na escola; Fábio Otuzi Brotto. Jogos Cooperativos: O jogo e o esporte como um exercício de convivência; Suraya Cristina Darido; Osmar Moreira de Souza Júnior. Para Ensinar Educação Física: Possibilidades de Intervenção na Escola.

6.3. Critérios de inclusão e exclusão dos Artigos

Os critérios de inclusão:

Pesquisas que abordem o esporte como conteúdo da educação física escolar

Na perspectiva da educação física inclusiva

Os critérios de exclusão:

Pesquisas que não estejam dentro do intervalo de tempo (2009-2019)

6.4 Análises de dados

Qualitativa – Na Análise de dados qualitativa não há formulas ou receitas para orientar os pesquisadores, desta maneira a análise passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador (GIL, 2008).

Análise de conteúdo – Bardin (1977, p.31) destaca que “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Bardin (2010, p. 280) e tem as seguintes fases para a sua condução: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

Para a organização da análise: O Esporte como conteúdo da educação física na perspectiva da educação inclusiva

Codificação: Artigos, dissertação e 04 livros que tratavam da temática sobre Esporte escolar, inclusão educacional por meio do esporte e o esporte como conteúdo da educação física inclusiva

Categorização:

Duas Categorias

- Esporte como conteúdo da educação física escolar
- Esporte como conteúdo da educação física inclusiva

Tratamento dos dados- os 08 artigos e uma dissertação foram selecionados e analisados a metodologia e os resultados encontrados.

A interpretação baseou-se na abordagem qualitativa focando-se nos principais resultados.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os estudos encontrados nas bases de dados Google acadêmico e Scielo referentes ao tema do estudo. Nos quadros abaixo destacaremos os artigos e dissertação que embasam as categorias Esporte como conteúdo da educação física escolar, Esporte como conteúdo da educação física inclusiva.

Quadro 1- Estudo que aborda a categoria 2

Título	Autor/data	Objetivo	Método	Resultado	Conclusão
Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da Educação Física (2018)	Camila Lopes de Carvalho, Paulo Ferreira De Araújo	Analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência na educação física Escolar no contexto brasileiro perante seus principais conteúdos, conforme estabelecido pelo movimento renovador da Área, Dança, Esporte, Ginástica, Jogo e Luta.	foi realizada uma pesquisa qualitativa, composta por um estudo de caso, no qual as aulas de Educação Física de uma turma do 2º ano do ensino fundamental I, que possuiu dois alunos com deficiência, foram observadas durante 1 ano letivo, com análise de dados por categorização	Foi verificada uma predominância de aspectos positivos à inclusão (maioria de participações ativas e interações positivas entre todos nas aulas), mas entremeado por outros negativos (superioridade de aulas dos conteúdos de Jogo e Esporte sobre os demais, e interações negativas em atividades de caráter competitivo e técnico)	Concluindo, tem ocorrido uma construção positiva em direção à Educação Física inclusiva, mas que ainda necessita de maior capacitação docente para explorar os diversos conteúdos desta área durante as aulas, associando-os às práticas de inclusão

Quadro 2- Estudo que aborda a categoria 2.

Título	Autor/data	Objetivo	Método	Resultado	Conclusão
Inclusão escolar de alunos com deficiência através do paradesporto (2017)	Julio Silva et al.	apresentar um caso de inclusão de alunos com deficiência motora em aulas de educação física e prática recreacional, a partir de um projeto na rede pública de ensino de Niterói, cidade do Estado do Rio de Janeiro	Foram capacitados dez educadores e 50 agentes multiplicadores; avaliados 30 alunos, com a seleção de 20 para iniciar a prática esportiva; desenvolvidos dois modelos de cadeira de rodas, equipamentos de proteção individual para o esporte, cartilhas de repasse.	A experiência se mostrou bem sucedida, com alunos com deficiência motora incluídos nas aulas de educação física, praticando o esporte integrados com alunos sem nenhuma deficiência e com deficiências de outra natureza	Alguns alunos se aprimoraram no paradesporto a ponto de serem convidados a treinar em clubes, passando para a categoria de esporte de alto rendimento. O projeto também despertou interesse de secretarias de educação de outros municípios, onde deverá ser replicado, e teve ampla repercussão na mídia.

Quadro 3- Estudos que abordam a categoria 1 e 2 respectivamente.

Título	Autor/data	Objetivo	Método	Conclusão
Diferenças ou Indiferenças: O ensino dos esportes na escola (2017)	Hans Gert Rottmann, Cleber Gibbon Ratto	reflexão sobre a inclusão e a diferença por meio do esporte	um estudo qualitativo descritivo, apropria-se de abordagens teóricas e práticas docentes como alternativas no combate as exclusões	Questionando o modelo do esporte de rendimento, o autor propõe caminhos para ímpares vivências e aprendizagens, independente das habilidades, diferenças ou necessidades de cada aluno
Educação Física Inclusiva e Paradesporto: semelhanças e diferenças (2017)	Cláudia da Rosa Romero, Eduardo Klein Carmona	Este estudo tem como objetivo descrever as diferenças e semelhanças entre o Paradesporto e a Educação Física Inclusiva evidenciadas no discurso de profissionais da Educação Física que trabalham com pessoas com deficiência na região metropolitana de Porto Alegre.	Para tanto, a coleta de informações contou com uma pesquisa feita por meio de um questionário on-line realizado com professores de Educação Física.	Neste estudo, fica claro que, enquanto a Educação Física Inclusiva permeia o campo da inclusão através de atividades lúdicas, cooperativas e recreativas, fazendo com que todas as pessoas com e sem deficiência participem ao mesmo tempo das mesmas propostas, o Paradesporto se manifesta nas atividades com vistas à performance, ao rendimento, ao treinamento e à competição, buscando descobrir talentos e preparando-os para a vida de atleta.

Quadro 4- Estudo que aborda a categoria 2.

Título	Autor/Data	Objetivo	Método	Conclusão
Esporte: Um conteúdo excludente ou inclusivo na educação física escolar? (2015)	Camila Lopes Carvalho, Paulo Ferreira de Araújo,	objetiva refletir sobre a participação das pessoas com deficiência no conteúdo do esporte e as possibilidades de contribuição deste à inclusão na educação física escolar	revisão bibliográfica a respeito do tema educação física escolar, esporte e inclusão	pode ser observado que, apesar de em grande período histórico esse conteúdo ser explorado como forma de segregação dos menos habilitados, e ainda ser entendido socialmente como busca pela perfeição técnica, no âmbito educacional o esporte tem potencial para estimular a cooperação e valorização das diferentes potencialidades do aluno possibilitando, por meio de seu prestígio e influência, a transformação de ideais e a contribuição para a construção da inclusão

Quadro 5- Estudo que aborda a categoria 2.

Título	Autor/Data	Objetivo	Método	Conclusão
Os deficientes auditivos nas aulas de educação física: representando as possibilidades de atividades pedagógicas inclusivas (2012)	Flávia Temponi Góes, Ana Caroline Alves Paulo Roberto Vieira Júnior	reflexões iniciais acerca das atividades pedagógicas existentes para a inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física nas escolas estaduais de ensino regular do município de Belo Horizonte/MG	Analisou quais são as atividades pedagógicas utilizadas pelos professores de Educação Física para incluir os alunos com deficiência auditiva. Para tanto, realizou revisão de bibliografia e entrevistas semiestruturadas com professores de Educação Física que lecionam aulas para alunos com deficiência auditiva	conclui-se que a inclusão de alunos deficientes auditivos nas aulas de Educação Física é possível, sendo necessárias algumas mudanças na forma de realizar as atividades, utilizando de materiais que auxiliem o professor nesse processo e criando formas de comunicação em que o aluno compreenda e seja compreendido

Quadro 6- Estudo que aborda a categoria 2.

Título	Autor/Data	Objetivo	Método	Resultado
Goalball como prática escolar no modelo de escola inclusiva (2012)	Charles Graziênio Batista Neves, Geórgia Maria Brandão, Milena C. Aragão	pautou-se na inserção do goalball nas aulas de Educação Física, investigando-o como prática escolar e como ponte para diminuir a distância entre as pessoas com deficiência visual e os videntes	O método utilizado foi de caráter descritivo e exploratório de natureza qualitativa. Foi aplicado um jogo de Goalball com crianças em uma escola particular de Aracaju/SE, acompanhado de entrevistas com os participantes e professores, a fim de verificar o que foi proposto	Como resultado observou-se um caminho aberto para os profissionais de educação física formularem suas aulas utilizando o goalball como ferramenta para a promoção de integração e a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas

Quadro 7- Estudo que aborda a categoria 2.

Título	Autor/Data	Objetivo	Método	Resultado	Conclusão
Estratégias pedagógicas de professores de educação física com alunos com deficiência (2012)	Camila de Ávila Ferreira	Conhecer as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores de Educação Física do ensino regular com alunos que apresentam deficiência, assim como compreender como estas práticas pedagógicas favorecem o processo de inclusão escolar	Um questionário semiestruturado no qual se buscou responder ao problema da pesquisa e atingir objetivos, através de uma pesquisa de caráter qualitativo e de cunho exploratório. Os sujeitos da pesquisa foram professores de Educação Física da rede pública do município de Gravataí/RS região Metropolitana de Porto Alegre.	A prática pedagógica desenvolvida na maioria das vezes é voltada para a adaptação das aulas, e os professores acreditam que suas práticas favorecem a inclusão	O estudo concluiu que os professores se mostraram ansiosos com relação ao assunto da inclusão por acreditarem não estarem totalmente aptos para enfrentar estes desafios, porém, acolhem o aluno respeitando suas limitações.

Quadro 8- Estudo que aborda a categoria 2.

Título	Autor/Data	Objetivo	Método	Resultado	Conclusão
O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de educação física (2009)	Sônia Maria Ribeiro	analisar o desenvolvimento do esporte adaptado como conteúdo curricular da disciplina educação física, junto a professores do estado de Santa Catarina, em instituições de ensino regular, em séries do ensino fundamental e médio cujo o conteúdo volta-se ao ensino do esporte, a fim de identificar o modo como o professor realiza suas intervenções com vistas à educação inclusiva	este estudo baseia-se em uma pesquisa de campo que utilizou como instrumento de pesquisa questionário, observação de aula, com registro de imagens e diário de campo, e entrevistas junto a 04 professores de diferentes regiões do estado de Santa Catarina	indicam que a condução de práticas esportivas adaptadas, como conteúdo que possibilita a participação de alunos com diferentes níveis de comprometimento em turmas inclusivas, tem sido pouco explorado pelos professores. Como parâmetro para compreensão deste dado, encontramos na formação do professor, baseada numa preparação a partir da racionalidade técnica um fator que impede o professor de utilizar novos conhecimentos, somando-se a este uma prática do esporte que se detém numa intervenção de rendimento.	pode-se inferir que enquanto houver uma rigidez na forma como o conteúdo curricular é trabalhado, com módulos que contemplam apenas modalidades do esporte convencional, como voleibol, basquetebol, handebol, futebol entre outras, a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física continuará ocorrendo de modo lento.

De acordo com os quadros expostos acima, vários estudos que tratam da educação física inclusiva e do esporte como conteúdo a ser trabalhado nesta perspectiva foram desenvolvidos no intervalo de tempo de 2009 a 2019.

Neste sentido, o trabalho de Carvalho & Araújo (2018) foi verificada uma predominância de aspectos positivos à inclusão (maioria de participações ativas e interações positivas entre todos nas aulas), mas entremeados por outros negativos (superioridade de aulas dos conteúdos de Jogo e Esporte sobre os demais, e interações negativas em atividades de caráter competitivo e técnico). O esporte quando desenvolvido com características lúdicas favorece a inclusão, já que proporciona interações positivas entre os alunos, já quando desenvolvido sobre a ótica da competição exacerbada favorece a exclusão dos alunos que não se encaixam neste padrão de rendimento em busca da vitória como objetivo principal (CARVALHO & ARAÚJO, 2018).

A pesquisa de Silva et al. (2017) se mostrou bem sucedida, com alunos com deficiência motora incluídos nas aulas de educação física, praticando o esporte integrados com alunos sem nenhuma deficiência e com deficiências de outra natureza. A atividade inclusiva ocorreu através do Rúgbi de cadeiras de rodas, um paradesporto, que apesar de ser desenvolvido para um público específico, permitiu o desenvolvimento de um ambiente lúdico e cooperativo em que todos quiseram e puderam participar (SILVA et al. 2017). O esporte, no caso o rúgbi de cadeiras de rodas possibilitou esta atividade de natureza inclusiva, porque assim como destaca Carvalho & Ferreira (2018), ambientes lúdicos e cooperativos favorecem a inclusão, a ludicidade neste caso estava acima da competitividade característica da atividade esportiva.

Seguindo nesta perspectiva do esporte como um conteúdo inclusivo, Rottmann & Ratto (2017) questionam o modelo do esporte de rendimento, o autor propõe caminhos para ímpares vivências e aprendizagens, independente das habilidades, diferenças ou necessidades de cada aluno. O esporte de rendimento aplicado como modelo na escola privilegia aos mais habilidosos e afasta os que talvez mais precisam participar das aulas de educação física, neste sentido o modelo a ser seguido na escola deve ser desenvolvido de tal forma que de oportunidade para que todos possam participar das aulas, destacando para isso a boa convivência entre os alunos, através de experiências positivas, adaptando as atividades quando necessário, pautadas na

socialização, respeito às diferenças e com destaque a cooperação (ROTTMANN & RATIO, 2017)

Neste contexto do esporte com conteúdo pautado entre outros princípios, o da inclusão na educação física escolar, Tubino (2010) destaca que este através de uma configuração educacional, deverá ser desenvolvido com foco na cooperação, permitindo que todos os alunos possam participar das aulas. Os jogos competitivos podem ser praticados com atitudes cooperativas e os jogos cooperativos também podem ser praticados com atitudes competitivas, não havendo garantias de qual atitude será tomada. Por isso o mais importante é despertar a consciência cooperativa na prática do esporte, saber quando competir e quando cooperar, a prática do esporte deve possibilitar que todos possam compreender que os seres humanos são igualmente importantes, na vitória ou na derrota (BROTTO, 2013).

O estudo de Romero & Carmona (2017) ressalta que a Educação Física Inclusiva permeia o campo da inclusão através de atividades lúdicas, cooperativas e recreativas, fazendo com que todas as pessoas com e sem deficiência participem ao mesmo tempo das mesmas propostas, sendo desenvolvida esta perspectiva tanto no conteúdo esportivo, quanto em outros da educação física escolar. Entretanto foi apontado que em relação ao Paradesporto, este se manifesta nas atividades com vistas à performance, ao rendimento, ao treinamento e à competição, buscando descobrir talentos e preparando-os para a vida de atleta. Este fato destacado pelos autores, apontando que o Paradesporto se manifesta com vistas á performance, demonstra como o esporte independente de ser adaptado ou não, praticado por pessoas com ou sem deficiência, assumirá um determinado sentido dependendo de como as práticas esportivas serão desenvolvidas, e qual o principal objetivo que se busca alcançar com as mesmas. Neste contexto o Paradesporto está voltado para o modelo de esporte de rendimento tão criticado pela sua hegemonia na escola, algo que também privilegiará a seletividade, reproduzindo a exclusão dos que não se adaptam ou tem dificuldades nas suas práticas, e beneficiando os mais habilidosos. O esporte com ênfase no rendimento, não deverá ser modelo educacional a ser desenvolvido nem para os alunos sem deficiência, assim como para os com deficiência, ou menos habilidosos (GONÇALVES, 2010).

Em relação a natureza inclusiva ou exclusiva do esporte, Carvalho & Araújo (2015) compreendem que pode ser observado que, apesar de em grande período

histórico esse conteúdo ser explorado como forma de segregação dos menos habilidosos, e ainda ser entendido socialmente como busca pela perfeição técnica, no âmbito educacional o esporte tem potencial para estimular a cooperação e valorização das diferentes potencialidades do aluno possibilitando, por meio de seu prestígio e influência, a transformação de ideais e a contribuição para a construção da inclusão. As características do esporte de rendimento levam a uma competição exacerbada, a seletividade, conseqüentemente a exclusão. Entretanto no âmbito educacional, as atividades esportivas podem se desenvolver de maneira inclusiva ou exclusiva, vai depender da prática pedagógica do professor (CARVALHO & ARAÚJO, 2015).

O estudo de Góes et. al (2012) salienta que a inclusão de alunos deficientes auditivos nas aulas de Educação Física é possível, sendo necessárias algumas mudanças na forma de realizar as atividades, utilizando de materiais que auxiliem o professor nesse processo e criando formas de comunicação em que o aluno compreenda e seja compreendido. Em relação ao conteúdo esportivo, esportes adaptados podem ser utilizados nas aulas de educação física inclusiva, tais como: voleibol sentado, golball, bocha, atletismo, xadrez, natação, dependendo da metodologia utilizada pelo professor para torna-los conteúdos inclusivos ou não (GÓES et al., 2012).

Frente as questões destacada até aqui nesta perspectiva de esportes adaptados serem usados na abordagem inclusiva do esporte na escola, Neves et al. (2012) demonstraram que há um caminho aberto para os profissionais de educação física formularem suas aulas utilizando o goalball como ferramenta para a promoção de integração e a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas.

O estudo de Ferreira (2012) mostra que a prática pedagógica desenvolvida na maioria das vezes é voltada para a adaptação das aulas, e os professores acreditam que suas práticas favorecem a inclusão. No contexto do esporte como conteúdo da educação física inclusiva, este deverá ser abordado tal como é, mas o professor deverá desenvolver estratégias para que seja um conteúdo acessível a todos os alunos, para que não haja reprodução do modelo de esporte de rendimento, que acaba causando a exclusão dos que não se enquadram neste modelo, algo que não se adéqua à proposta de uma educação física inclusiva (FERREIRA, 2012).

O estudo de Ribeiro (2009) indica que a condução de práticas esportivas adaptadas, como conteúdo que possibilita a participação de alunos com diferentes níveis

de comprometimento em turmas inclusivas, tem sido pouco explorado pelos professores. Como parâmetro para compreensão deste dado, encontramos na formação do professor, baseada numa preparação a partir da racionalidade técnica um fator que impede o professor de utilizar novos conhecimentos, somando-se a este uma prática do esporte que se detém numa intervenção de rendimento e competitividade.

No contexto da formação do professor destacado acima, constata-se uma aparente deficiência nessa questão para desenvolver o conteúdo na perspectiva inclusiva, já que o mesmo se baseia num modelo antigo que contribuiu e contribui para um histórico de exclusão dos deficientes e menos habilidosos nas aulas de Educação física escolar (DARIDO, 2007). Na perspectiva de criar e desenvolver práticas inclusivas, Soler (2009) destaca que para que o esporte se torne acessível a todos, mudanças podem ser feitas, como adaptações de regras, de espaços e capacitação de professores para melhor compreensão de abordagens inclusivas.

Por fim, este estudo compreende uma abordagem histórica deste fenômeno sociocultural tão importante em diferentes sociedades, abordando sua presença marcante na sociedade contemporânea, suas diferentes manifestações, suas especificidades no ambiente escolar, principalmente seu desenvolvimento na perspectiva da educação física inclusiva. Dado o desenvolvimento do esporte dentro de um Sistema de Ensino Inclusivo, da sua importância e influência não só na educação física, mas como em toda a sociedade, se faz necessário estudos que abordem esta temática na perspectiva da inclusão, principalmente a partir do entendimento que vivemos em uma sociedade democrática, em que este é um direito de todos. Sua aplicação no ambiente escolar precisa se adequar a propostas educacionais inclusivas, já que a legislação e políticas educacionais determinam isto. O Esporte é fenômeno humano, com diferentes possibilidades de intervenção, em diferentes ambientes, este a depender de como será desenvolvido no meio social, pode se tornar benéfico ou não para quem o pratica.

Este estudo apresenta algumas limitações, o recorte de tempo, o número de pesquisas e obras utilizadas não compreende o universo teórico e prático da temática proposta, diminuindo consideravelmente as possibilidades de se chegar a conclusões bem mais elaboradas em relação ao problema em questão. Mas tendo em vista que os estudos selecionados mesmo de forma reduzida fazem parte de um recorte de tempo atualizado da literatura da área, os resultados encontrados podem representar um bom

indicativo do quadro atual acerca do tema, contribuindo assim com futuros estudos na área da educação física inclusiva.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi investigar aspectos teóricos e práticos que fundamentam a inserção do esporte nas aulas de educação física inclusiva. Partindo de uma abordagem histórica deste fenômeno sociocultural, foi possível perceber os diferentes sentidos e significados que o mesmo assumiu em diferentes sociedades ao longo da história, desde o seu início a partir de atividades pré-esportivas praticadas por povos que deixaram de ser nômades, até o reconhecimento de suas diferentes manifestações na sociedade contemporânea. Este passou a ser compreendido além do esporte-performance, como um direito de todos, não ficando restringido unicamente aos mais aptos e com características de rendimento esportivo.

No âmbito educacional este inicialmente foi desenvolvido a partir do modelo do esporte-performance, o que causou um ambiente de exclusão dos deficientes e menos habilidosos nas aulas de educação física, mas ficou claro neste estudo que o esporte assim como influência o meio social, também é influenciado e transformado com os fatos políticos, sociais e econômicos que ocorrem na sociedade em que está inserido.

Desta maneira a partir da publicação em 1978 da Carta Internacional de Educação Física e Esporte por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ficou definido que a atividade física e a prática esportiva é um direito de todos, assim como a educação e a saúde. Corroborando com um ambiente de mudanças na área da Educação Física escolar, assim como em toda sociedade, nos anos 80 ocorre o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, neste período surgiu produções acadêmicas na área com o objetivo de superar o histórico de exclusão propiciado pelos modelos até então implementados, entre eles, e mais hegemônico o do esporte-performance. A partir deste momento surgiu uma nova pedagogia, referenciado no ser humano e suas dimensões em busca de uma formação integral, assim o caminho da inclusão começa a ser percorrido na educação física, em 1987 surgiu nos cursos de graduação a educação física adaptada por meio da resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação, que proporcionou formação aos professores de educação física para poderem trabalhar com os alunos com deficiência. No campo mais amplo da educação, Documentos como a Declaração Mundial de Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) vão influenciar na legislação e formulação de

políticas públicas na direção de um sistema de ensino inclusivo no Brasil. Assim em 2008 é apresentado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva, que acompanha as lutas sociais e avanços do conhecimento na sociedade, objetivando contribuir através das políticas públicas com educação de qualidade para todos os alunos. Em 6 de julho de 2015 foi sancionada a Lei nº 13.146 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. No Art. 28 inciso XV, garante o acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar.

Neste contexto fica claro que a legislação vigente no país garante o esporte como um direito de todos. No ambiente escolar este deverá de acordo com a LDB de 1996 apresentar características educacionais, diferente do modelo de esporte de rendimento que acaba causando exclusões no ambiente escolar. Desta maneira o esporte na escola deverá ser abordado com características apropriadas ao modelo educacional, baseado na inclusão, comprometido com a formação integral e cidadania dos alunos. Na perspectiva da educação física inclusiva, o esporte para que se torne acessível a todos, poderá passar por mudanças, como adaptações de regras, de espaços, mas isto só será possível com uma adequada estrutura escolar e capacitação dos professores para trabalhar o conteúdo de maneira inclusiva. Deste modo para que o esporte se justifique como conteúdo na perspectiva da educação física inclusiva terá que se desenvolver com vistas a participação de todos os alunos, pra que isso ocorra o foco deixará de ser a competição exacerbada e vitória como principal objetivo, passando a valorizar às diferenças com propostas desenvolvidas com atividades adaptadas quando necessário, atividades cooperativas que propiciam a inclusão, com vista a socialização e boas interações entre os alunos e respeito às diferenças. Além do mais as práticas esportivas inclusivas podem trazer benefícios a saúde dos alunos, que englobam aspectos físicos e motores, sociais e psicológicos, assim se tornando um conteúdo apropriado à educação física inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

Bardin L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BRACHT, Valter. **A Sociologia Crítica do Esporte: Uma Introdução**. 3. Ed. Ijuí 2005. Unijuí.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4.024. Brasília, DF: 1961.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 5.692. Brasília, DF: 1971.

BRASIL. **Currículo Mínimo de Educação Física**: Resolução n.º 03, de 16 de junho de 1987, do Conselho Federal de Educação. Brasília, 1987.

BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição Federal**. Brasília: 1988.

BRASIL. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência -Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>> Acesso em: 13 jun.2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069. Brasília, DF: 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial**. Brasília. DF: MEC, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394. Brasília, DF: 1996.

BRASIL. **Lei 9.615/98 de 24 de março de 1998**. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 25 Mar .2020.

Brasil. **Plano Nacional de Educação**. - Lei nº 10.172–Brasília - DF, 2001. Diário Oficial da União. Publicado em 10 jan 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão à pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 19.Jan. 2020.

BARBIERI, Cesar Augutus Santos. **Esporte educacional**: uma possibilidade para a restauração do humano do homem. Canoas: Ed. Ulbra, 2001.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

Brotto, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 4. ed. São Paulo: Palas Athena, 2013.

Barreto, Maria Angela de Oliveira Champion. **Educação Inclusiva**: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2014.

Brasil. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro**: percurso, paradoxos e perspectivas. (Tese. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas) Campinas, 1999.

CARVALHO, C.; ARAÚJO, P. (2018). Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da Educação Física. **Educación Física y Ciencia**, 20 (1), e041. En Memoria Académica. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.8503/pr.8503.pdf

CARVALHO, C. L., & ARAÚJO, P. F. (2015). **Esporte: um conteúdo excludente ou inclusivo na educação física escolar?** Conexões, 13(4), 100-118.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar Educação Física**: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papyrus, 2007.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o conceito de cultura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FERREIRA, Camila de ávila. **Estratégias Pedagógicas de Professores de Educação Física com Alunos com Deficiência**. 2012. 40. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos) - programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GLAT, Rosana. et. all. **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, F.; ALVES, A.; JÚNIOR, P. (2012). Os Deficientes Auditivos nas Aulas de Educação Física: repensando as possibilidades de atividades pedagógicas inclusivas. **Revista Formação@Docente** – Belo Horizonte – vol. 4, no 1, junho 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas-izabela/index.php/fdc/article/viewFile/246/290>. Acesso em: 22 Jan. 2020.

GONÇALVES, Gisele Carreirão. A Educação Física no Projeto da Educação Inclusiva. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 22-33, mar. 2010. Disponível em: <http://www.revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/979>. Acesso em: 22 Jan. 2020.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí, 1994.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 7. Ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.-160p.

LINHALES, M. A. **A escola e o esporte: uma história de práticas culturais**. São Paulo: Cortez, 2009. 272 p.

NEVES, C.; BRANDÃO, G.; ARAGÃO, M. (2012). Goalball como Prática Escolar no Modelo de Escola Inclusiva. Eixo 11 – Educação e Inclusão Social. VI COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”, São Cristóvão-SE/Brasil de 20 a 22 de setembro de 2012. Disponível em : http://educonse.com.br/2012/eixo_11/PDF/24.pdf. Acesso em: 21 Jan. 2020.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

RAMOS, Jair Jordão. **Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa. 1983.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12a ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1992.

ROSSETTO, Jr., A.J.; COSTA, C.M.; D’ANGELO, F.L. **Práticas Pedagógicas Reflexivas em Esporte Educacional: unidade didática como instrumento de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Phorte, 2008.

RIBEIRO, Sônia Maria. **O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de educação física**. 2009.169. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP 2009.

ROTTMANN, H.; RATTI, C. Diferenças ou Indiferenças: O Ensino dos Esportes na Escola. Universidade La Salle. **SELFIC2017UNILASALLE**. A Pesquisa e o Respeito à Diversidade 16 a 20 de outubro de 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/hjuni/AppData/Local/Temp/736-769-1-PB-1.PDF>. Acesso em: 22 Jan. 2020.

- ROMERO1, C.; CARMONA, E. Educação Física Inclusiva e Paradesporto: semelhanças e diferenças. **Revista Thema**2017 | Volume 14 | Nº 1| Pág. 29 a 42. Disponível em : file:///C:/Users/hjuni/AppData/Local/Temp/414-Texto%20do%20Artigo-1644-1-10-20170223.pdf . Acesso em: 22 Jan. 2020.
- SOARES, Carmen. Lúcia; TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; VARJAL, Maria Elizabeth Medicis Pinto. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes Europeias e Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.
- STÖBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. M. **Educação Especial: Em Direção à Educação Inclusiva**. 2ª. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.271P.
- SOLER, Reinaldo. **Educação física inclusiva na escola: em busca de uma escola plural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.
- SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes Europeias e Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.
- SILVA, J. et al. Inclusão escolar de alunos com deficiência através do paradesporto. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/3353/1932>. Acesso em: 23 Jan. 2020.
- SOUSA, I.(org). **Educação Inclusiva no Brasil: Histórico, Gestão e Políticas**. Volume 1. Jundiaí, SP: Palco Editorial, 2019.
- SILVA, M. et al. Educação Inclusiva: diversidade e singularidade In Sousa, I.(org). **Educação Inclusiva no Brasil: Histórico, Gestão e Políticas**. Volume 1. Jundiaí, SP: Palco Editorial, 2019. p.22-23.
- TUBINO, M. J. G. **O que é esporte**. Sao Paulo: Brasiliense, 1999.
- TUBINO, M. J.G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.
- UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990.
- Whittemore R, Knafl K. **The integrative review: update methodology**. J Adv Nurs. 2005;52(5):546-53.